



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS- CCE
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

IVAN CARDOSO MARTINELI

**REDES E FLUXOS ESPACIAIS UNIVERSITÁRIOS: A MIGRAÇÃO
ESTUDANTIL DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA A UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA, NO PARANÁ.**

LONDRINA

2013

IVAN CARDOSO MARTINELI

**REDES E FLUXOS ESPACIAIS UNIVERSITÁRIOS: A MIGRAÇÃO
ESTUDANTIL DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA A UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA, NO PARANÁ.**

Monografia apresentada à disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso- 6TCC305,
do curso de Bacharelado em Geografia, do
Departamento de Geociências, do Centro de
Ciências Exatas da Universidade Estadual
de Londrina.

Orientador: Prof. Dr. **Nilson Cesar Fraga**

LONDRINA

2013

**REDES E FLUXOS ESPACIAIS UNIVERSITÁRIOS: A MIGRAÇÃO
ESTUDANTIL DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA A UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA, NO PARANÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso
6TCC305.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Margarida de Cassia Campos
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Carlos Alberto Hirata
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 12 de dezembro de 2013.

Índice de Quadros

Figura 1 Do espaço ao território.	14
Figura 2 Migrações e Deslocamentos.....	23
Figura 3 Quadro do Paraná e suas Mesorregiões	27
Figura 4: Quadro das primeiras Universidades Brasileiras.....	32
Figura 5 Quadro dos cursos e matrículas na UEL	37

Índice de Tabelas

Tabela 1 Ingressantes em absoluto, entre 2003 a 2012.....	41
Tabela 2 Candidatos paulistas em números. Entre 2008 a 2012.. ..	42
Tabela 3 Paulistas por Áreas do Conhecimento em números.....	45
Tabela 4 Paulistas por Turno em número. Entre 2003 á 2012.	47
Tabela 5 Paulistas ingressantes da Londrina por região.	51

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Ingressantes entre 2003 a 2012.....	39
Gráfico 2 Candidatos entre 2003 a 2012.	44
Gráfico 3 Paulistas por área do conhecimento.	45
Gráfico 4 Paulistas por Turno. Entre 2003 a 2012.....	46

Índice de mapas

Mapa 1 Média de alunos por regiões com destino à UEL. 2003-2012.	49
Mapa 2 Os 3 mais representativos municípios de cada região, por média, entre 2003 a 2012.....	52

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	8
2.	GEOGRAFIA, TERRITÓRIO, REDE E MIGRAÇÃO.....	10
2.1.	O território na Geografia Clássica Erro! Indicador não definido.	
2.2.	Do território “concreto” ao Território “simbólico”	12
2.3.	O Território-Rede e a dicotomia entre Fixação-Mobilidade	16
2.4.	A Migração no Território-Rede	21
3.	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA COMO PÓLO DE REDE...	25
3.1.	O Norte do Paraná e a cidade de Londrina.....	25
3.2.	Dos núcleos isolados de ensino à Universidade Estadual	30
4.	ESPACIALIZANDO EM REDE: UEL E SÃO PAULO	38
4.1.	Os Paulistas na UEL	38
4.2.	A espacialidade dos migrantes	48
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS	57

MARTINELLI, Ivan Cardoso. Redes e Fluxos espaciais universitários: a migração estudantil do estado de São Paulo para a Universidade Estadual de Londrina, no Paraná. 2013. 54p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

O seguinte projeto propõe uma investigação qualitativa acerca das redes e os fluxos estabelecidos entre diversas regiões do estado de São Paulo para a Universidade Estadual de Londrina (UEL), localizada no Norte do Paraná, no âmbito do processo de migração, no caso por motivos acadêmicos. O ensaio utilizou dados e informações referentes a um período de 10 anos (2003-2012) e dedica-se a demonstrar a composição da UEL quanto aos seus alunos, no qual é formada por cerca de 50% de londrinenses, em média 20% de outras localidades do Paraná e 20% de originários de São Paulo. Ainda, o trabalho tem como horizonte a estruturação teórica do processo de migração em questão, partindo dos escritos sobre organizações sociais reticulares, visto que a pesquisa tenta conciliar a relação entre as teorias e estudos existentes sobre o tema, com os deslocamentos no espaço por motivo de estudo. Metodologicamente, foi realizada pesquisas bibliográficas para a conceituação dos temas discutidos assim como a representação cartográfica das trajetórias migrantes (produzidas com as informações conferidas pela própria Universidade), ou seja, uma espacialização dos movimentos, com o auxílio de softwares específicos e posterior análises.

PALAVRAS CHAVE: migração estudantil, redes, mobilidade espacial, São Paulo, Paraná.

ABSTRACT

Through the qualitative investigation the following project is proposed about networks and flows established among several regions of the state of São Paulo for the Universidade Estadual de Londrina (State University of Londrina), located in the city of Londrina, Paraná, concerning the migration process, specifically for academical reasons. Were used for this work, a specifically data and information of a 10-years cutout, among 2003 to 2012. Furthermore, this work aims the theoretical structuring of the mentioned migration process, based on writings about mesh-like social organizations, since the research is focused on reconciling the relationship between existing theories and studies on the topic with spatial displacements for academical reasons. Methodologically, bibliographic research were made, for the conceptualization of the discussed topics as well as the cartographic representation of the migration routes with help of specific software and further analyses.

KEYS WORDS: student migration, networks, spatial mobility, UEL, São Paulo, Paraná.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa a seguir e seus resultados, buscaram trazer a tona à discussão no âmbito acadêmico de uma categoria de migração ainda não muito explorada, os deslocamentos por motivo de estudo, que entrariam no contexto do processo de migração e formação de fluxos e redes sociais, considerando, a existência de diferentes definições para o termo migrante. O trabalho propõe a revisão dos conceitos de migrante/migração para a contextualização com o fenômeno em questão, tendo como objeto de análise, a Universidade Estadual de Londrina - UEL.

A Universidade Estadual de Londrina é uma instituição marcada pela diversidade na origem geográfica de seus docentes e discentes. Por possuir um vasto campo multidisciplinar, oferecendo quase setenta cursos, nas mais diferentes áreas do conhecimento (UEL, 2013), professores e alunos se deslocam no espaço para oportunidades e possibilidades de estudo, sendo que formam, impreterivelmente, uma espacialização geográfica em rede.

Em linhas gerais, não são consideradas migrações os deslocamentos de estudo por ser algo transitório e por não provocar uma reorganização do espaço, como expõe Braga (2011), porém, partimos do pressuposto de que por não ser algo esporádico e pelo fator espacial estar presente, ou seja, os deslocamentos interestaduais pelo território, a migração dos estudantes paulistas (que somam em média seiscentos e sessenta novos indivíduos anualmente, segundo a UEL), formam um arranjo em rede, em que o começo e fins de experiências e os laços migratórios estabelecem vínculos, alterando a dinâmica espacial e as formas de articulação.

No primeiro capítulo das atividades de pesquisa, foram abordados alguns aspectos teóricos para que houvesse a dimensão conceitual que deu subsídio ao trabalho, com ênfase nos escritos de Haesbaert (2004a, 2004b, 2005), Raffestin (1993), Fraga (2007, 2011) para as discussões acerca das concepções do território e suas novas formas, Dias e Silveira (2007), Braga (2011), Truzzi (2008), Santos (2006), quando foi discutido as redes inscritas no território e sua estreita relação com a fluidez da população.

A análise bibliográfica é essencial, posto a necessidade de revisão de categorias e paradigmas relacionados à temática, para posteriormente trazer à luz as diversas facetas do processo de migração em questão.

No segundo capítulo, foi feita descrição do processo de formação socioespacial de Londrina, no Norte do Paraná, e a formação e evolução da Universidade Estadual de Londrina, para evidenciar o nível de centralidade da mesma e levantar as causas que expliquem a universidade como ponto de confluência desses migrantes. Nessa etapa, para remontar a história da cidade e de sua universidade foi utilizado, principalmente, os escritos de Silva (1996) e Maesima (2003).

O terceiro capítulo trata somente do recorte tempo-espacial escolhido, ou seja a centralidade da Uel, no Norte do Paraná, frente às diferentes regiões do Estado de São Paulo, representado pelos ingressantes de São Paulo na Universidade Estadual de Londrina. Foi colhido, junto à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD (2013), dados, relativos ao recorte de 10 anos (2002-2012), referentes às suas origens e as finalidades desses estudantes

Com a sintetização dos dados e posterior produção de tabelas, gráficos, (feita através do software Excel) e mapas¹ foi possível a interpretação de níveis de centralidade da UEL, interpretada como nó, e alguns de seus elementos básicos.

Através da investigação qualitativa, método de investigação específico e coleta de dados, tentou-se apontar para a inclusão dos deslocamentos por motivos acadêmicos, dentro da perspectiva geral das migrações, para que de maneira mais abrangente, começasse a serem examinadas a dinâmica do processo e sua real magnitude.

¹ Mapas produzidos com o auxílio do software ArcGIS 10.

Urge uma dimensão conceitual que abarque a variedade e a amplitude do fenômeno (...). Os deslocamentos das pessoas não podem permanecer eclipsados pela rigidez dos conceitos e análises preponderantes. Necessitam ser compreendidos como processo, começo-fim de experiências, movimentos de um lugar a outro e a outros mais, espirais de desenvolvimento pessoal, familiar, econômico, intelectual e social. São as pessoas (seus sonhos e desejos), enlaçadas nas redes familiares e afetivas (seus projetos, aspirações e redes), que dão forma às migrações – sobretudo às estudantis. (Cerqueira, 2010, p.4)²

2. GEOGRAFIA, TERRITÓRIO, REDE E MIGRAÇÃO

2.1. O território na Geografia Clássica

A evolução do conceito de território se deu através de diversas concepções trabalhadas ao longo do tempo, e fora construída por intermédio de contribuições trazidas de diferentes áreas do conhecimento.

É possível dizer que o território tornou-se uma categoria geral de análise, desenvolvido nos diálogos interdisciplinares, nas contribuições da Biologia (com a Etologia), da Ciência Política (poder/Estado), da Antropologia (dimensão simbólica/territorialidade), da Sociologia (a sociabilidade) e da Psicologia (quando se discute a identidade pessoal), como explica Haesbaert (2004, p. 37).

Posto sua amplitude, Haesbaert, mostra de forma precisa como o conceito tem sido ajustado à tentativa de explicar as relações do e no espaço, através do enfoque em cada perspectiva. Como vemos na Etologia (ciência que estuda o comportamento animal) o território é entendido como o

ambiente de um grupo (...) constituído por padrões de interação através dos quais o grupo ou bando assegura uma certa estabilidade e localização, numa concepção usada inicialmente para descrever a demarcação de territórios de animais. (HAESBAERT *apud* GÜNZEL, 2004, p. 38).

Existe toda uma linha de pesquisa, que vem da própria biologia (que também trabalha com o conceito de território) e que propõe o território a partir da própria territorialidade dos animais, como se o homem “carregasse instintivamente essa necessidade de ter um território, no sentido da própria base natural onde ele se reproduz” (HAESBAERT, 2005).

² A citação foi retirada de um trecho de um artigo escrito dentro das produções do estudo realizado na UNEB, do Estado da Bahia que investiga os deslocamentos populacionais no território baiano em busca de possibilidades e oportunidades de estudo.

Essa interpretação naturalista do território privilegia o domínio da base material e diz respeito tanto ao território concebido como desdobramento do comportamento “natural” dos animais (e os homens), quanto ao produto da relação entre a sociedade e a própria dinâmica natural do mundo (HAESBAERT, 2004, p.44). O território humano assim, se sustenta nas relações entre a sociedade e natureza, produzindo a lógica do comportamento natural dos homens em relação ao ambiente físico, para que haja a harmonia entre os grupos e os recursos do meio.

Para a Geografia, seguindo a interpretação de Haesbaert (2004) o termo ganha protagonismo no bojo da Geografia Política do século XX, e estava atrelado à perspectiva materialista, na qual, o elemento material é imprescindível e ao discutir território não há como se desassociar dessa base material. Portanto, o território nesse contexto é entendido como espaço material, sinônimo de materialidade, substrato físico daquilo que é fixo.

A perspectiva geográfica, que tem como objeto de estudo o espaço, nos fornece alguns conceitos-chaves, capazes de indicarem elementos da dinâmica social, ou seja, o ângulo específico com que a sociedade é analisada, ângulo que confere à Geografia a sua identidade e a sua autonomia relativa no âmbito das ciências sociais, como afirma Corrêa (1995, p.16).

Esse estudo ocorre a partir de cinco conceitos: Paisagem, Região, Território, Espaço e Lugar, moldados cada um, pela dinâmica da sociedade na superfície terrestre, ainda segundo Corrêa (Ibidem, p.17). Conseqüentemente, são essenciais para análise de cada momento histórico específico da sociedade, mesmo sendo abstrações de caráter variável.

A análise do território, que fora associado à Geografia Política durante um período de conflitos militares entre países, vem se constituindo em uma tradição do pensamento geográfico no último século. As ideias que proviam desses estudos, basicamente seriam a essência do que foi chamado de "determinismo geográfico", corrente que defendia que os elementos naturais eram os únicos a definirem os contornos da sociedade, ou melhor, sua constituição, conforme concluiu Saquet (2011).

Friedrich Ratzel, um dos primeiros autores dessa Geografia, entendia o território intrinsecamente ligado à existência do Estado-Nação (Valverde, 2004, p.3), formando o território nacional. Não sem explicação, pois vivia em uma Alemanha em processo de unificação, na qual necessitava dessa unidade territorial para a constituição

do estado alemão unificado. Só existiria Estado se tivesse a existência de um território, o chamado “espaço vital”.

Por meio dessa compreensão, esse conhecimento na forma de ciência aplicada fora utilizado predominantemente em ações militares e expansionistas, ao exemplo das intervenções marinhas³ no final do séc XIX, ou mesmo as estratégias militares expansionistas da Alemanha nazista⁴, durante a Segunda Guerra.

O “espaço vital” só existiria a partir das relações de poder, numa dimensão política. No entanto, avançando o debate nota-se que o termo não se restringe somente a isso, pois, há que se considerar também a dimensão econômica e a cultural, as quais são indispensáveis na produção do território, no que tange aos diferentes usos da terra e do aspecto subjetivo, da significação (HAESBAERT, 2004 *apud* SACK, 1986).

De uma forma constante, a definição mais tradicional de território está na concepção, onde acontece a junção entre o espaço e a materialidade do Estado, e simultaneamente a territorialidade, das apropriações de determinadas áreas geográficas. Esse conceito, conjuntamente, surge “como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade” (FRAGA *apud* SOUZA, 2013).

2.2. Do território “concreto” ao Território “simbólico”

No mundo contemporâneo (das últimas duas décadas), o conceito tem sido utilizado para conferir uma dimensão política da mobilidade e de competição à lógica espacial, nas palavras de Valverde (2004, p.4), e vem adquirindo um sentido mais amplo, capaz de abraçar as incontáveis questões pertinentes ao domínio físico ou simbólico de determinada área. Partindo disso, o território discutido dentro da geografia hoje, é sempre reavaliado, num esforço de resgatar as características essenciais desse conceito,

³ De acordo com Silva (2009) o almirante norte-americano Alfred Mahan jamais usou em seus escritos o termo “geopolítica”, não obstante e inspirado em Ratzel, em A influência do poder marinho sobre a história, escrita em 1890, usava essa ciência para aprimorar a compreensão de que a hegemonia mundial viria do controle das rotas marinhas, como meio de um país se tornar uma potência mundial.

⁴ A Geopolítica passaria a ser mais divulgada com os estudos de Karl Haushofer, publicados na Revista de Geopolítica nos anos de 1924 a 1944. Geopolítico do Terceiro Reich (Alemanha nazista), as ideias de Haushofer influenciaram Hitler por algum tempo e a Alemanha foi muito bem sucedida na aplicação prática desse conhecimento (SILVA, 2009).

acrescentando agora, a dinâmica da mobilidade e de competição do mundo contemporâneo, que ficam cada vez mais intensas e são condições inerentes.

Valverde (2004, p.5) faz uma interessante análise ao trabalhar com o tema. Suas conclusões se baseiam nos novos sentidos que o território vem adquirindo, desde as concepções produzidas na geopolítica da década de 1950 (e que perduraram até meados de 1980) na qual o território era entendido estritamente, como espaço delimitado e controlado por relações de poder e a partir do poder representado pelo Estado, à nova realidade que passou a imperar no mundo a luz dos processos de globalização, já na década de 1990.

Nesse sentido, o território do mundo contemporâneo revela “a pluralidade das diferenças e a diversidade de suas formas de associação entre pessoas e espaços” (Ibidem, 2004) levando-nos a concluir de maneira genérica que outros fatores agem no espaço.

Assim, entendendo o território como uma abstração (Raffestin, 1993), o valor simbólico que o espaço pode adquirir, iremos agora evidenciar os processos de territorialização (humana), a partir de uma concepção mais humanista da ciência geográfica.

Um dos pioneiros a trabalhar com a temática, em uma dimensão não exclusivamente política, foi Claude Raffestin. De acordo com Saquet (2007), Raffestin é um dos responsáveis pela renovação da abordagem geográfica do território e considera que seu esforço orienta-se no sentido de uma “discussão teórico-metodológica” sobre o território e que busca a “compreensão da dimensão geopolítica do espaço”. O autor tem grande destaque na discussão conceitual sobre território e publicou sua principal obra sobre o tema, “Geografia do Poder”, em 1980, com tradução para o português em 1993.

Para ele, o território é o resultado de uma ação conduzida por um ator com diferentes intencionalidades (ator sintagmático), isto é, se torna o espaço onde se projetou o trabalho humano em relações marcadas pelo poder e pertencimento, como se pode verificar na Figura 1.

Em sua clássica definição para o conceito, Raffestin expõe que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Figura 1 Do espaço ao território.



Fonte: Raffestin (1993). Org. por Martineli, 2013.

Consequente, o espaço (natural) que antecede o território é o físico, a essência que existe antes do fator antrópico, seja ele simbólico ou físico. E é exatamente essa antropofização que transforma o espaço em território, sendo que essa mudança sempre acontece no âmbito das relações de poder e de dominação (RAFFESTIN, 1993, p.144). À vista disso, o autor encerra que o território é um produto, a expressão concreta ou abstrata do espaço apropriado.

Como dito anteriormente, sua constituição é multidimensional, isto é, composta pelas inúmeras variáveis que atuam no espaço, de aspectos político (aquele relacionado ao poder e sua ação de delimitar e controlar o espaço), econômico (da dimensão espacial das relações econômicas) ou ao que concerne às apropriações simbólicas e subjetivas no espaço, balizada pelos sujeitos que o (re)definem através de suas ações cotidianas, em processos de territorialização, numa vertente que Haesbaert (2004. p. 40) chamou de cultural.

É, portanto, a partir dos muitos atores e diferentes cenários, que se cria um emaranhado de possibilidades, que vai definindo os contornos desse espaço. Nesse quadro versátil, onde forças diversas agem continuamente, o território fica intimamente atrelado às relações sociais. Por esse olhar, a territorialidade, é compreendida como um conjunto de relações.

Avançando no debate, Haesbaert (2004) propõe um território formado pelas relações sociais, hábitos e espaço pessoal, formando um “território” (posto entre aspas, em caráter metafórico), no sentido psicológico, tratando da territorialidade humana que se estende(ria) até permear a relação do indivíduo, ou seja, o ambiente de uma única pessoa (...)visto como um "território", no sentido psicológico (HAESBAERT, *apud* GUNZEL, p.38).

Haesbaert é enfático ao conceber o território através da sociabilidade, das relações cotidianas. Vale-se para tanto de autores com perspectivas idealistas, como Bonnemaison (1996), que ressalta a importância de compreendê-lo por intermédio da apropriação do espaço realizado de maneira subjetiva. O autor citado encerra que o “a força desta carga

simbólica é tamanha que o território é visto como um ‘construtor de identidade’ (HAESBAERT *apud* BONNEMAISON, p. 73).

Esse pensamento delimita o espaço territorializado, que é formado por um conjunto de lugares e trajetos ou itinerários que se estabelecem em diferentes escalas. Remetemos a noção do território estruturado pelos vínculos e contatos.

Não se pode conceber território sem que haja intervenção humana. É preciso considerá-lo numa “perspectiva integradora” como propõe Haesbaert (2004, p. 74), na qual há de se destacar o aspecto funcional e/ou simbólico que o mesmo adquiri. Portanto, só podemos conceber território hoje, através de uma ótica integradora, no que diz respeito à sociedade e a natureza.

Nesse contexto, os usos da terra definem as características de cada lugar, seja ligado ao espectro funcional (materialidade) ou simbólico (apropriação psicológica), o espaço serve para realizar funções quanto para produzir significados (HAESBAERT, 2005).

Enquanto as sociedades tradicionais mantinham a relação com o território baseando na construção material e sua identificação era sobreposta a essa base (especialmente contínua), no mundo contemporâneo há uma nova lógica na composição desses territórios onde estes estão indissociavelmente ligados por uma rede (não necessariamente continua no espaço) e na qual a fluidez é sua principal marca.

Talvez seja essa a grande novidade de nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, em que controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar área e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, em que nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas ainda na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, pode-se dizer. Assim, (...) territorializar-se significa também, hoje, construir e (ou) controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento. (HAESBAERT, 2004, p. 279).

Como argumenta Haesbaert, essa compreensão abrange a ideia de deslocamento e abre a discussão para concebermos a novas “caras” que o território vem assumir no presente. Como vamos perceber no avançar do debate, o espaço organizado dessa forma é fixado justamente pelo movimento.

2.3. O Território-Rede e a dicotomia entre Fixação-Mobilidade

Muito se evoluiu no que se diz respeito à construção de uma base teórico-metodológica na discussão das redes dentro da ciência geográfica, nas últimas décadas. Podemos seguramente dizer que a Geografia incorporou definitivamente o conceito na qual se discute as redes sobrepostas ao território (e suas repercussões) sejam elas sociais, urbanas, de transporte, entre outras. Desse modo, a análise dessas redes, permite compreender toda a lógica por trás da interação entre rede e território (DIAS, p. 20, 2005).

O enfoque da ciência geográfica está⁵, essencialmente, na questão das distâncias e na articulação dos diversos pontos, através da lógica territorial permeada pelas redes técnicas⁶. Essas estruturas reticulares formam o itinerário dos movimentos no território e fornecem esquemas interpretativos que dão a ideia da extensão no espaço geográfico. São através delas, e por intermédio dos diversos agentes, que ocorre a distribuição e circulação dos objetos, ideias, pessoas e matérias-primas.

Para Santos (2006), uma das principais características da atual fase do sistema capitalista é a exigência de um espaço fluido, cenário possível através da implantação de inovações tecnológicas. Como a fluidez se torna praticamente uma imposição no presente, a organização do território no tocante aos movimentos dentro do território passa a funcionar segundo essa lógica. Nesse ponto de vista, escreve Santos que a “fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade” (p.185).

Levando em conta que as redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade (Reffestin, 1993, p. 205) concluímos que a técnica constitui um meio para a reticulação espacial. Esta é a origem da sociedade em rede.

Apoiados em Corrêa (p. 131), definimos o conceito de rede como sendo “um conjunto de pontos (nós) situados no espaço, que estão interligados entre si, material ou imaterialmente”, salientando que tratamos de conceito de rede enquanto “redes

⁵ DIAS (2005) chama atenção para que não pensemos as redes apenas pelo ponto de vista técnico, mas também por um enfoque social.

⁶ De acordo com SANTOS (156-157, 2006), coexistimos num período de novos modos de uso do território, a qual o autor definiu o espaço “territorializado” do mundo contemporâneo de meio *técnico-científico-informacional*. Nesse sentido se estabeleceu o desenvolvimento de condições materiais que conferiram nova “natureza” ao espaço geográfico. Ainda, a consolidação da técnica sobre o território permite, como resultado, novas possibilidades de ação.

geográficas”. Esses pontos ou localizações geográficas estão interconectados e formam entre si, os diferentes fluxos e relações sob um determinado território.

O espaço organizado dessa maneira transforma o território tanto contínuo quanto descontínuo nesse espaço fluido que tem por característica as inter-relações. Essa realidade espacial trata-se de uma nova organização geográfica das sociedades que permite a aceleração das interligações, conforme Moreira (2007, p. 57). Nesse contexto, o processo de globalização inscreveu uma transformação quantitativa e qualitativa na questão dos movimentos, e isso, sobretudo, foi o responsável na redefinição do território, que fica mais evidente a partir dos sistemas atuais de transporte e informação. Os agentes econômicos atuam de acordo com as diversas possibilidades de interação do espaço contemporâneo, o que pressupõe a mobilidade (SANTOS, 2006, p. 185).

Ao discutir rede é essencial considerar seus pontos de confluências, usualmente denominadas de nós e que formam o “ponto fundamental da tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede” (MOREIRA, 2007, p. 59), uma vez que esses nós são responsáveis pelas redes se estabelecerem, geralmente pela maior oferta de serviços, trabalho e no caso, estabelecida por motivos de estudo.

Concluimos, junto com Fraga (2007, p.15) que ao produzir o espaço estamos também produzindo localizações. Os núcleos urbanos vão sendo munidos com infraestrutura (viária, pavimentação, etc) o que resulta em possibilidades de transporte, tanto no seu interior quanto à integração com outros núcleos.

Essas localizações, de diferentes conteúdos, podem vir a se tornar o ponto de convergência de uma malha que detêm grande parte das relações existentes entre os grupos sociais, ou seja, o espaço que possui a materialidade (há, de fato, as “relações virtuais”, que podem se concretizar a grandes distancias, não conectadas por um espaço horizontalmente contínuo) na qual o curso da vida irá se apoiar, e ao mesmo tempo, os elementos simbólicos, que permearão as relações dos indivíduos permitindo que se efetive a territorialidade.

Ao discutirmos as localizações enquanto suas possibilidades de interação, estamos falando ainda de sua capacidade de articulação. O território entendido também como “parte de uma extensão física dos espaços” (Fraga, 2007, p.16), é acima de tudo, um espaço que reuni, quase sempre, grande parte da oferta de bens e serviços (que atraem pessoas) e o faz mediante a uma viabilidade de acesso, que vai ditar o ritmo/fluxo dessa circulação.

[...] cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (Ibid., p.16 *apud* SANTOS, 1987).

De cada ponto ou localização parte uma rede de circulação que orienta as trocas entre os lugares. A cidade representa esses nós e, portanto, exercem o papel de organizadora e centralizadora dos territórios.

Como conclui Dias (2007, p.18) a rede conecta diferentes pontos ou lugares mais ou menos distantes e permite hoje a ampliação da escala da ação humana.

A fixação e a mobilidade, colocadas como um contraponto não traduzem a diversidade de elementos que formam um território. Santos (2006) definia o território como um sistema de objetos e um sistema de ações, numa ligação entre fixos e fluxos, mostrando que não há essa dicotomia entre a imobilidade e mobilidade. Desta forma, partimos do princípio de que o território também pode ser construído no e pelo movimento (HAESBAERT, 2004, 2005, SAQUET, 2007), acrescentando esse elemento da mobilidade, que no mundo contemporâneo é intrínseco na constituição dos territórios.

Vamos nos atentar ao fato de que o território para o homem sofreu mutações quanto ao seu conteúdo, nos diferentes períodos de sua história, como explica Haesbaert (2005). Em termos genéricos, o espaço territorializado essencialmente antes da intensa evolução tecnológica pós-revolução industrial, tinha a prerrogativa de servir como a base material estática, sendo a fonte de recursos matérias ou meio de produção, e a identificação dos sujeitos era regulado pelas referências espaciais, numa perspectiva mais “funcional” no uso desse espaço. Já nas sociedades ditas pós-modernas, o território passa a operar numa nova perspectiva, agora relacionado à conectividade interna de seus elementos e a relação íntima entre os diversos territórios, formando impreterivelmente uma rede.

Isto posto, corroboramos com Haesbaert (2005) ao expor que o território aos poucos vai se configurando na forma de um espaço em rede e não mais ajustado pelas zonas de aspecto estritamente funcional. Nessa nova realidade, o território permeado pelas redes pressupõe que o movimento passa a ser um elemento fundamental na sua construção. É necessário trabalhar, portanto, numa perspectiva de conjugação dos dois, que Haesbaert (2004, p. 280) chamou de território-rede.

Essa outra forma de construir território no mundo contemporâneo que se refere à instabilidade, nos remete a um espaço descontínuo. E assim, o mundo em que vivemos não teria mais uma natureza marcada pela continuidade, fixando a fragmentação espacial de nossa vida.

Essa recente discussão sobre a flexibilização do conceito (HAESBAERT, 2004), apenas considera a existência da rede no “território habitado”, visto que as relações que formam qualquer tipo de território flexível são, exclusivamente, relações sociais, humanas. Desse modo, nota-se a importância da migração na compreensão das formas de conexão territorial, já que a razão fundamental da existência destas conexões é interligar as pessoas. O deslocamento das pessoas, portanto, é um fator fundamental para que aconteça a integração dos espaços, criando laços e redes.

Com relação às conexões territoriais construídas ou reforçadas pela migração interna, a análise de redes sociais pode também oferecer contribuições importantes (...) o conjunto de objetos técnicos que recobre os espaços e liga os mesmos (rodovias, ferrovias, linhas de transmissão, rotas aéreas, marítimas e fluviais, sinais de satélite, etc) são apenas reflexo das conexões entre os grupos sociais, ou seja, as redes de cidades, de transportes, de comunicação, de comércio, entre outras, são um rebatimento no território dos vínculos duradouros estabelecidos entre as comunidades e instituições (...) parece razoável discorrer sobre uma “identidade” dos lugares, tendo em conta que os mesmos estão mergulhados em uma multiplicidade de relações sociais, relações estas que, não raro, as pessoas transferem para o lugar (BRAGA, FAZITO, 2010, p. 7).

A partir desse quadro, é fundamental introduzir o conceito desterritorialização, mesmo este ainda sendo um termo distante de ser consonante perante os autores que se dedicam a essa temática. Num esforço para sintetizar os conteúdos das diversas discussões, entendemos o conceito ao conceber um ambiente onde fronteiras, seja qual for a espécie, tiveram sua capacidade de interpelar algum tipo de movimento dentro do território e entre os territórios diminuída, ou seja, não são mais um fator deveras determinante nas relações.

Podemos defini-lo como a expressão de um espaço dinâmico, fluido, na qual a mobilidade seja ela de pessoas, bens materiais, capital ou informações (Haesbaert, 2004, p. 235) é sua característica mais evidente. O autor elucida que o que chamamos de desterritorialização é na verdade a concepção de novos tipos de território, construídos no e pelo movimento, manifestada no que Haesbaert chamou de multiterritorialidade. Como veremos, segundo o mesmo autor, não se pode desassociar a desterritorialização da territorialização, numa dialética entre os dois.

Percebemos que a vivência concomitante ou consecutiva de múltiplos territórios são duas formas de realizar a multiterritorialidade no mundo contemporâneo. Logo, ao introduzirmos a ideia de rede, essas redes que reúnem múltiplos territórios, o movimento dos migrantes, no nosso caso, por motivos de estudo, traduzem um cenário de vivência concomitante entre o lugar de origem e o local de destino.

Em Haesbaert (2004, 2002), encontramos uma análise laboriosa sobre o que os filósofos Deleuze e Guatarri propõem conceitualmente para a questão do território, na qual introduzem a ideia da desterritorialização. De acordo com os autores:

a noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte. (HAESBAERT, 2002, p.1).

À vista disso, a ideia de que não há saída sem que concomitantemente haja o acerto da chegada, demonstra que o tempo inteiro você está se “des-reterritorializando”. O território nessa perspectiva é visto como um movimento, não como algo fixo, fechado, há um processo, uma dinâmica e as relações sociais vão sendo constantemente reconstruídas.

Na proposta de Haesbaert (2004), através dessa concepção (como um processo fundamental), o território seria um produto do movimento combinado de territorialização – desterritorialização do espaço, onde experimentamos simultaneamente diferentes territórios.

Enfim, pensemos que existe um espaço com certa equivalência entre si, onde diferentes territórios podem recorrer um ao outro, o que não é errado dizer que é uma “vantagem”. E isso se aplica ao sentido que as migrações estudantis assumem no momento em que o indivíduo parte de onde está localizado, em busca de uma oportunidade diferente, vivendo numa situação de simultaneidade nos seus múltiplos territórios.

2.4. A Migração no Território-Rede

Para que haja uma interação social em rede é preciso que aconteça a mobilidade espacial que a população produz, no caso, dos estudantes universitários e suas trajetórias. Os territórios interligados (pela estrutura material, principalmente), conferem o território de origem e destino desses migrantes e formam essencialmente uma realidade de vínculos e contatos (Haesbaert, 2004), sendo essa estrutura determinada e dinamizada por múltiplos fatores e que determinam as direções e interligações, como a lógica das articulações, das rotas pré-estabelecidas.

Esses migrantes articulados em rede formam um conjunto de pontos e linhas, na qual há de se destacar, em cada caso, todas as perspectivas de conexão e a profundidade da rede, ou seja, sua densidade em relação a suas trocas.

Concebendo um caráter mais dinâmico ao território, Haesbaert (2004) argumenta que esse precisa ser concebido na forma do *território-rede*, nessa lógica reticular. Assim sendo, a partir de elementos fixos (nesse caso, os pontos nodais representados normalmente pelas cidades) existem movimentos que garantem interações. A formação dos territórios, através do processo migratório, portanto, passa por um arranjo reticular, de dinâmica própria, que unem os diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos, sendo a origem do processo de desterritorialização-reterritorialização.

Esse espaço conexo evidencia uma das principais características da sociedade em rede, que é a mobilidade territorial. Esse movimento constante pode ser denso, no que se diz respeito tanto ao deslocamento de pessoas quanto no âmbito das relações sociais, visto que esse arranjo transforma o espaço em uma esfera de natureza fluida, ao tornar-se irrestrito para toda e qualquer troca social.

Adicionando à lógica da rede ao território, usualmente concebido como algo delimitado, cenário para o enraizamento das pessoas (Haesbaert, 2004), na qual o sujeito possui maior estabilidade, estamos interpretando que esse espaço agora se torna uma forma “sem limites” para as interações, na qual também predomina o cenário do desenraizamento, de maior instabilidade, ou melhor, de possibilidades diversas de territorialização.

No que se diz respeito ao processo migratório em si, Braga (2011) entende “migração como uma mudança permanente de residência entre duas unidades geográficas distintas e em um período de tempo estabelecido”, e ainda considerando-se a

mudança transitória, a migração pode ser entendida como os movimentos populacionais no espaço e num determinado tempo, simplesmente.

Ao analisar as trocas migratórias notam-se certos padrões fixados entre os lugares, e que se formam a partir e por conta desse movimento, de forma que no espaço palco dessas conexões consolida-se uma interação mais ou menos forte entre os diversos pontos, tecendo por efeito um sistema de fluxos.

(...) as trocas são compreendidas como os laços e os lugares entendidos como os nós de uma rede sócio-espacial dinamizada pela mobilidade populacional e enriquecida/significada pelos grupos sociais envolvidos. (BRAGA, 2011).

Esses padrões são a expressão dos objetos técnicos, que preenchem a chamada *tecnosféra* (SANTOS, 2006, p. 172). Essa estrutura sobreposta à nossas relações favorece o trânsito de informações e recursos. Os níveis de acessibilidade e conectividade permitem uma experiência muitas vezes total de integração do território, dos lugares, formando conexões duradouras. No nosso objeto de estudo, a migração por motivos exclusivamente acadêmicos, de certa forma, é dirigida pelas condições do meio em propiciar esse cenário. A decisão de migrar (numa perspectiva onde o migrante é autônomo) é acompanhada pela capacidade de desenhar os seus caminhos pelo território (BRITO, 2007, p. 4).

Dessa forma de organização espacial faz parte, portanto, uma rede migratória. Como expõe Braga & Fazito (2011) essa estrutura instituída por meio dos processos migratórios demonstram elementos da disposição territorial. Os migrantes articulados por redes de natureza diversa são a representação da interação entre os lugares e os fluxos. Afinal, quando o indivíduo parte para outra região com um propósito pré-estabelecido, o faz mediante a viabilidade de acesso, a infraestrutura de transporte e comunicação, sobretudo.

A ênfase de Haesbaert ao investigar a ação do migrante, se deve a esse ser um tema central para a geografia contemporânea, visto a complexidade das relações que os movimentos migratórios alcançaram nesse novo mundo globalizado. Em sua análise, o autor trabalha com a possibilidade de que as migrações podem ser um processo de desterritorialização. O indivíduo migrante na busca de estabilidade inicia um processo de desterritorialização seguida pela territorialização. Como expõe, “a migração pode ser vista como um processo em diversos níveis de des-reterritorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 246).

Existem inúmeras tipologias (Figura 2) que explicam as redes de migração através, principalmente, de duas variáveis: a distância entre origem e destino, e o grau de ruptura com a origem de quem emigrou, por qualquer que seja motivo. Assim, a variante que diz respeito à mudança, como sintetizou Truzzi (2011) remonta a uma experiência migratória, ao passo que a distancia percorrida em si, pode ser traduzida pelo simples deslocamento no território

Quadro 2 Migrações e Deslocamentos de acordo com o autor.

Tipos de Migração	Sua configuração
Locais	quando o indivíduo se desloca em um espaço geograficamente contíguo, que normalmente já lhe é familiar;
Circulares	quando o indivíduo se desloca por intervalo de tempo definido, e por fim retorna a sua origem;
De Carreira	na qual o indivíduo se desloca respondendo a oportunidades de novas ocupações ou ascensão no trabalho;
Em cadeia	que envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino

Fonte: Truzzi 2011 *apud* Tilly, 1978. Org: Martineli

De acordo com Haesbaert são inúmeras os motivos da migração e diversas são as formas que ela assume (HAESBAERT, 2004, p. 247), indo desde indivíduos na busca por melhores condições de vida a indivíduos ou que buscam novos territórios para investir, aos migrantes que procuram um novo centro para ter acesso a serviços que antes não tinham àqueles que mudam por laços pessoais ou buscam a manutenção da identidade cultural, enfim, a enorme diversidade quanto às justificativas traduz os diferentes níveis de desterritorialização.

A migração também é entendida como um reflexo da estrutura e dos mecanismos de desenvolvimento do sistema capitalista (Lobo & Matos, 2011 *apud* Singer, 1973), no entanto, existem causas mais dinâmicas e específicas, não vinculadas somente às necessidades estruturais do capitalismo.

Segundo os autores:

mais que um indicador de concentração ou dispersão das atividades econômicas, a migração reflete processos sociais mais amplos, cujas causas e consequências vão além dos aspectos estruturais da economia (...) novas abordagens devem levar em conta as alterações recentes no padrão migratório brasileiro, marcado pela perda de primazia dos fluxos do campo para a cidade e pela dinamização da rede urbana (Lobo & Matos, 2011. p, 88).

3. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA COMO PÓLO DE REDE

3.1. O Norte do Paraná e a cidade de Londrina

O estado do Paraná emancipa-se da província de São Paulo, em 1853, e seu território será estabelecido, o atual, apenas depois do acordo de limites com Santa Catarina, em 1916. Sua colonização parte do litoral, em direção ao planalto de Curitiba e mais tarde, pelas áreas de campos naturais dos campos gerais, de Guarapuava e de Palmas estimulada pela mineração do ouro (MAESIMA, 2003). A “colonização aos moldes capitalistas” do restante do território do estado, como expõe Bragueto (1996), as regiões norte, noroeste, oeste e sudoeste, foi estabelecida de forma irregular e acelerada.

O espaço onde hoje se encontra a cidade de Londrina assim como toda a porção norte do estado era, ainda no início do século XX, uma densa e vigorosa faixa de mata atlântica virgem, que cobria quase cem por cento de sua área, habitada por tribos indígenas de diversas etnias. A ocupação do território norte-paranaense pelos migrantes⁷ teve início no empreendimento de homens saídos, em especial, de Minas Gerais e São Paulo, com destino à área de Cambará⁸, algo entre os anos 1904 e 1908 (MAESIMA, 2003). Esses homens que tomaram a dianteira abriram fazendas e criaram cidades, nos vales do Paranapanema e Jataí. Região conhecida hoje como Norte Velho.

Alguns anos mais tarde, mais precisamente na segunda metade da década de vinte, esta vasta gleba de mais de mil e quinhentos alqueires (paulistas), foi alvo da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, de capital inglês e responsável pelo futuro parcelamento das terras. O grupo agiu no em sentido à concretização de um grande projeto fundiário (FRESCA, 2007) que tinha o objetivo de lotear toda a área, para ser negociada, “ocupada” e posteriormente fazer parte de uma divisão do trabalho em escala nacional. Organizar uma rede de estradas, que assegurava a

⁷ O “discurso do vencedor” prevaleceu como história oficial ao qual se inclina a desconsiderar os povos indígenas que viviam na região desde tempos remotos, portanto é no mínimo um equívoco dizer que o Norte do Paraná encontrava-se “desabitado” ou “desocupado” como inúmeros trabalhos o fazem.

⁸ Cidade paranaense localizada no extremo nordeste do Paraná, na divisa dos estados Paraná-São Paulo e que foi o primeiro destino de muitos migrantes colonizadores do norte.

circulação e o escoamento rápido das colheitas, era uma das principais metas da companhia.

Junto com os novos caminhos foram formando-se vários núcleos urbanos e a partir da década de 1940, a região norte passou a ser identificada com o café, produzido em imensa quantidade. É nesse contexto que foi criada a cidade de Londrina, como elemento fundamental desse projeto.

A partir da infra-estrutura instalada ano após ano, sempre pela iniciativa privada, com destaque para o prolongamento da estrada de ferro São Paulo – Paraná, de sentido Leste-Oeste, a região e principalmente Londrina, experimentaram intenso processo de urbanização e desenvolvimento econômico, proporcionado pelo cultivo do café⁹. Entre as décadas de 1950 e 1960, a cidade galgou uma posição de destaque no cenário nacional e até mesmo internacional, sendo a principal produtora de café em todo mundo. Grandes fazendeiros de café, do estado de São Paulo, partiram para essa região que se desenvolvia. Assim como foi dito, o norte do Paraná passa a ser identificado com o café, sendo Londrina o maior expoente.

Surgindo oficialmente em 1929, com o marco inicial sendo o acampamento da CTNP. O nome da cidade foi uma menção a cidade de Londres, além de refletir a nacionalidade dos empreendedores ingleses. A criação do Município ocorreu cinco anos mais tarde, através do Decreto Estadual nº. 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em dezembro de 1934.

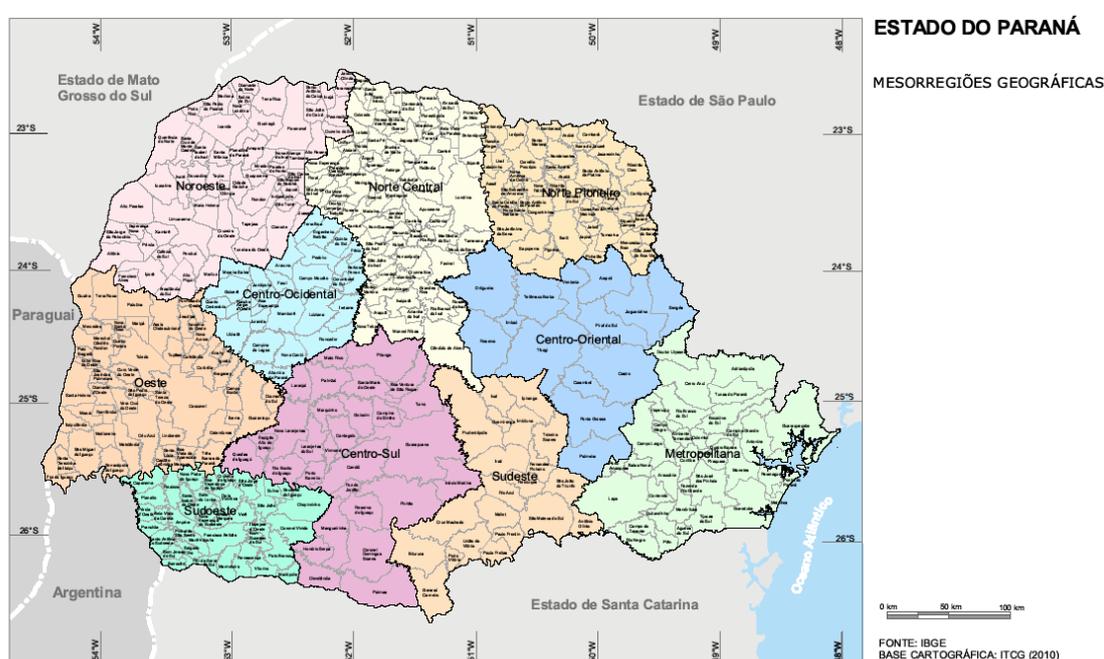
Importante ressaltar, que a regionalização¹⁰ do norte do Estado não considera somente os aspectos fisiográficos, que basicamente só justifica a prosperidade agrícola. No sentido estrito à esse critério temos o Norte Pioneiro, ou Norte Velho, de terras muito férteis, assim como o Norte Novo, da fértil “terra roxa”, onde fica a cidade de Londrina e um pouco diferente, o Norte Novíssimo, com uma constituição pedológica predominantemente composta por derrames basálticos (IPARDES, 2013), da formação arenito Caiuá, de menor fertilidade e não propícia para a cafeicultura.

⁹ O café produzido na região norte passou a ser escoado pelo porto de Santos.

¹⁰ A regionalização do norte do Paraná difere quanto aos autores, porém em todas as concepções é considerada a entrada do Norte paranaense na divisão internacional do trabalho (COLASANTE, 2004). A breve discussão e a regionalização apresentada neste trabalho podem ser encontradas em Bragueto (2007).

Essa regionalização (Figura 3) pode ser entendida através dos aspectos econômicos, da ação das companhias colonizadoras, com destaque a CTNP, que tinham o objetivo de incorporar a região na economia de mercado. Ela se deu por intermédio de uma ação temporal, começando pela colonização do nordeste, seguindo para a área central da parte norte e por ultimo a região noroeste.

Figura 3 Mapa do Paraná e suas Mesorregiões



Fonte: IPARDES, 2013.

Não é escopo do trabalho falar sobre a ocupação recente do Norte do Paraná e o processo de estruturação da rede urbana que se formou, mas é necessário trazer elementos que demonstrem a cidade de Londrina, de relativa pouca idade, como a principal localização de uma região que desde sua gênese em âmbito capitalista, atraiu pessoas de todos os lugares do país e, sobretudo, migrantes de São Paulo.

É fato que, a partir de sua consolidação e crescimento vertiginoso, tanto econômico quanto demográfico, a cidade passou a exercer grande influencia sobre o

Norte do Paraná e aos poucos se transformou numa das mais importantes do sul do Brasil, ampliando gradativamente sua influência e atração regional. E justamente por causa desse rápido crescimento, as características da cidade são alteradas, o que levou o poder público municipal a fazer investimentos volumosos na infra-estrutura urbana (MAESIMA, 2003).

Podemos destacar a grande quantidade de bens e serviços que a cidade passou a ofertar com o passar dos anos, consolidando-se como polo de desenvolvimento regional, dentre eles os serviços superiores ou quaternários, mais importantes para esse trabalho.

Década a década, constata-se que Londrina passa a concentrar competências que a diferenciam das cidades vizinhas e a apresentar atividades que anteriormente eram exclusivas das metrópoles (FRESCA, 2013).

De acordo com a autora supracitada mesmo ainda não possuindo dimensões necessárias para ser considerada uma metrópole, Londrina na forma urbana e nas relações intra-urbanas, assemelha-se a uma no que tange a funcionalidade. Não é metrópole, mas agrega características que a tornam centro da região metropolitana. É essencialmente uma cidade de serviços. É o nó de uma região, logo, origem e destino da maior parte dos fluxos que ali acontecem. Assim, Londrina interage com todo o entorno ofertando quase todos os tipos de serviços procurados.

Londrina por ser a cidade central de uma região metropolitana, cumpre um papel importante na nova divisão do trabalho e mesmo sendo uma de abrangência prioritariamente regional,

acumula atividades intelectuais ligadas à nova modernidade, assegurando a criação de atividades produtivas de ponta e novas condições de polarização. Esta tem nos fluxos de informação indispensáveis ao trabalho produtivo, o nó central na metrópole (SANTOS, 1993, p. 91 *apud* Fresca, 2013).

Como foi exposto, Londrina ainda não alcança as devidas proporções de uma metrópole, no entanto os serviços superiores que vem sendo desenvolvidos tais como comunicação, consultoria jurídica, consultorias ambientais, gestão pública e federal, atividades de pesquisa e desenvolvimento de alcance nacional, considerável número de estabelecimentos de ensino superior, entre muitos outros, nos permite considera-la como espaço metropolitano (FRESCA, 2013). Através desse entendimento, encontramos elementos que explicam o nível de atração da cidade

Londrina, que desde as frentes pioneiras do começo do século XX, do Paraná e de São Paulo, assumiu o papel de protagonista numa região de urbanização recente.

De fato, o município polariza a economia da região, possuindo um *status* de metrópole regional, porém em muitos tipos de relações estende sua influencia para demais áreas, como é o caso da Universidade e os estudantes migrantes do próprio Paraná e outros estados.

A migração paulista para Londrina remonta efetivamente à década de vinte do século XX, sendo no início, predominantemente praticada por trabalhadores braçais que vinham trabalhar como empregados ou de forma independente, em pequenos ofícios. Esses indivíduos tiveram uma importante parcela na construção da cidade (COLASANTE, 2004). Ao passar dos anos, a migração paulista era basicamente consequência da cafeicultura.

Qualquer possível discussão acerca da identidade territorial encontrada em Londrina mostra-nos o quão heterogênea é. Uma das principais influências é a comunidade nipônica, que pode ser vista pelos traços na paisagem da cidade, assim como festas e eventos característicos. Segundo Colasante (2004, p.177), essa comunidade é uma das maiores do Brasil. Sobre essa complexidade, importa-nos destacar a presença de conterrâneos, entre muitos e principalmente paulistas, que ao longo do tempo e passando pelas abruptas mudanças que acontecem a todo o momento no território, desde sempre estenderam sua presença e sua cultura na região norte-paranaense.

Destaca-se nesse sentido, a proximidade entre o Norte do Paraná e São Paulo. Principalmente pela cultura cafeeira, que permitiu maior relação entre essas do que Londrina com a própria capital do Estado percebemos essa participação de várias maneiras.

O legado cultural destes migrantes está associado na paisagem londrinense de tal maneira que se pode perceber facilmente os elementos culturais deixados por estes. Até mesmo pelo sotaque, que se aproxima com o da região oeste de São Paulo (COLASANTE, 2004). Há e sempre houve uma “afinidade” entre as regiões, e a identidade construída na cidade de Londrina, têm alguma influencia desse estado.

A identidade é posta em questionamento na atualidade frente as rápidas mudanças que acontecem no território (...) é incontestável que os indivíduos necessitem de elementos que permitam que estes se sintam parte de determinado grupo social e que possibilitem a criação de vínculos com o local no qual habitam (...) a identidade, embora tenha adquirido novos contornos na sociedade atual, ainda é fundamental na constituição dos indivíduos, seja de forma individual ou coletiva (COLASANTE, 2004) .

3.2. Dos núcleos isolados de ensino à Universidade Estadual

Até o momento, tentou-se brevemente, remontar o processo de formação da cidade, na qual predomina o discurso do vencedor acerca do “Norte do Paraná” e agora, de forma sucinta, o caminho percorrido pelo ensino superior da cidade, que culmina na formação da Universidade Estadual de Londrina, o referido objeto de estudo.

Ao discutirmos a gênese e evolução da Universidade Estadual de Londrina, a UEL, devemos considerar o contexto político e social que existia à época de sua constituição. Precisamos falar sobre os núcleos isolados de ensino, que foram o alicerce da universidade, ou seja, foi somente após sua junção que o projeto pôde se concretizar.

O contexto em que foi gerado o ensino superior em Londrina, e as condições que favoreceram o surgimento das primeiras faculdades, está primeiramente ligado ao momento político brasileiro, mas também intimamente ligado ao anseio de possuir cursos superiores à vista de atender uma crescente demanda e consolidar-se ainda mais como polo regional.

O ensino básico da cidade, no começo dos anos 1950, era deficitário, assim como o era na maioria das cidades de todo o território nacional. O ensino médio ou secundário era elitizado e insuficiente para a população. Londrina, já com cerca de 70.000 habitantes, demandava condições reais de ensino, que para além de seus próprios municípios ainda pretendiam atender toda uma região circunvizinha.

Os três estabelecimentos de ensino secundário, duas particulares e uma municipal, acolhiam cerca de 3.500 estudantes, quadro que só foi mudado efetivamente no final da década, com estabelecimentos do gênero em quase todos os municípios (SILVA, 1996, p. 7). Assim, à medida que esses estabelecimentos se multiplicam e o número de jovens que tinham completado o ensino básico também, e frente à impossibilidade generalizada, ou melhor, possibilidade cogitada apenas

para os mais abastados, de continuar os estudos em nível superior na capital (a única do Estado a possuir uma Universidade até então), fez crescer a necessidade de cursos superiores na região.

Não somente ao caso de Curitiba, mas em nível nacional, o ensino superior limitava-se a universidades espalhadas entre poucas capitais (Ibid., p.8). A capital paranaense havia sido contemplada com uma universidade, a Universidade do Paraná, que só fora reconhecida em 1946 (Figura 4). Ela foi constituída pela união da Faculdade de Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio, tal como foi construção da universidade em Londrina, décadas mais tarde.

Quadro 4: Criação das primeiras Universidades Brasileiras. Org. por Martineli.

Instituição	Ano de fundação	Localização	Característica(s)
<i>Universidade do Rio de Janeiro</i>	1920	Rio de Janeiro	Junção das Faculdades de Direito, Medicina e da Escola Politécnica.
<i>Universidade do Paraná</i>	1946	Curitiba	Junção das Faculdades de Direito, Odontologia, Comércio, Engenharia e Farmácia.
<i>Universidade de Minas Gerais</i>	1927	Belo Horizonte	Junção das Faculdades de Direito, Engenharia e Medicina.
<i>Universidade de São Paulo</i>	1934	São Paulo	Criada sob o Decreto, 19.852, de 1931, diferenciando-se por possuir os cursos de Filosofia, Ciências e Letras.
<i>Universidade do Distrito Federal</i>	1935	Brasília	Incorporada em 1939 à Faculdade do Brasil. Possuía um inédito Instituto de Educação.
<i>Universidade de Porto Alegre</i>	1935	Porto Alegre	A primeira a incluir os Estudos Econômicos.

Fonte: Romaneli, 1986.

Em Londrina, o ensino superior foi iniciado em 1956, com a criação da Faculdade Estadual de Filosofia. Partiu de um esforço, por parte da população e de alguma força política, de deselitizar o ensino, com ambos agindo em busca de uma instituição pública. Essa faculdade iniciou suas atividades contando com quatro cursos: Geografia, História, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.

Justificava-se a criação destes cursos de preferencia a outros pela necessidade premente de se formar profissionais que atendessem ao Ensino Médio que se alastrava pela região. Londrina, com 5000 alunos, não tinha cinco professores formados em curso superior em área específica (SILVA, 1996, p.10).

O entusiasmo tomou conta do corpo político e de grande parte da população. O jornal Folha de Londrina, em 1955, anunciava que “A faculdade sairá mesmo” e com a expressiva parcela da população em idade escolar, acreditava-se que Londrina se tornaria uma cidade universitária que abrangeria todo o Norte do Estado. De fato se tornaria, não sem percalços, e após muito trabalho, a faculdade de Filosofia foi criada em 1956 e passou a funcionar por decreto em 1958.

Da mesma maneira, a Faculdade de Direito foi criada em 1956 e passou a funcionar dois anos depois, também através de decreto. As duas faculdades, uma grande conquista para a cidade até então, tiveram problemas no início, relacionados à baixa demanda do vestibular. Dentre os obstáculos, como aponta Silva (ibid., p. 12) se destacam a falta de experiência, incentivo, dificuldade de transporte e próprio vestibular, considerado rígido.

Esse quadro foi sendo alterado aos poucos, principalmente por mudanças estruturais e o que foi mais importante, houve alterações no processo seletivo, que passaria a considerar a aprovação por classificação e não mais por nota mínima.

Como expõe Maesima (2004), a criação da Faculdade Estadual de Direito e da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, ocorreu em um período onde estavam sendo implantados esses mesmos cursos em todo o Brasil e em Londrina, sobretudo, tinham a responsabilidade de munir o ensino básico com docentes habilitados. A Faculdade de Direito¹¹ está vinculada com o “próprio processo

¹¹ A Faculdade de Direito foi bastante contestada pelos estudantes da Faculdade de Direito de Curitiba e houve uma campanha forte e sistemática contra sua instalação em Londrina, sobre o pretexto de uma questionável qualidade no ensino. Culminou em uma greve, de três dias, não só dos

histórico local” e o promissor mercado de trabalho numa região de “fronteira aberta” (MAESIMA, 2003 *apud* LIMA, 1994, p.73).

A todo esse contexto, acresce-se o acelerado crescimento populacional, e a conveniência de isolar a região em relação à capital (devido a distancia e às dificuldades de comunicação). Esse quadro, portanto, levou a sociedade local a se mobilizar e reivindicar do estado a implantação das duas instituições.

Pouco depois, em 1962, foram incorporados à Faculdade de Filosofia, os cursos de Pedagogia, Matemática e Ciências do 1º grau, que também teve a ver com a necessidade de docentes.

Essa carência de profissionais graduados foi aumentando e se estendendo para outros campos e a Faculdade de Odontologia, que no começo funcionou em prédio provisório, foi fundada. Nesse mesmo ano, o de 1965, passou a funcionar também a Faculdade de Medicina, essa mantida pela recém-criada Fundação de Ensino Superior de Londrina - FESULON. A ideia da implantação de uma universidade na cidade tomava novos rumos.

A FESULON também acabaria sendo a mantenedora de outra faculdade criada, em 1966, devido principalmente pela necessidade da criação de outra escola de ensino superior para a cidade que crescia com o “impulso do desenvolvimento agrícola” (SILVA, 1996, p.20). Essa era a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, que ao ser vinculada à Fundação, abriu caminho para que as outras faculdades também fossem incorporadas pela entidade. Estava ficando mais próximo de tornar as pretensões realidade.

Outra fundação teve papel fundamental na construção da Universidade, era a FEPAL¹², esta concebida como órgão municipal e diferente da primeira que era mais ligada ao governo do Estado. As duas fundações tinham o mesmo objetivo, o de criar uma universidade em Londrina, porém havia alguns impasses no que diz respeito ao seu porte. A FEPAL propendia para uma Universidade Federal e a FESULON interpretava que seria mais certo se fosse uma fundação estadual (Ibid., p.26).

estudantes de Direito, mas dos alunos do ensino superior de todo o Brasil (SILVA, 1996; MAESIMA, 2003).

¹² Fundação Educacional Paranaense de Londrina.

Ambas trabalharam em prol do ensino superior em Londrina, que teria aporte federal, já que, como elucida Silva, ocorreu um movimento pró-criação de uma Universidade Federal do Norte do Paraná, por volta de 1967 ou 1968. Após uma série de estudos, visitas e certo esforço para que se criasse um ambiente propício para que a ideia fosse aceita pelo Governo Federal, na época representado pelo Presidente da República o General Arthur da Costa e Silva, quase o objetivo se concretizou, não fosse o governador do Paraná, Paulo da Cruz Pimentel, que

(...) num gesto político muito inteligente e de muita habilidade, criou três universidades estaduais, em Ponta Grossa, em Maringá e em Londrina. Com isso abortou a idéia da fundação da Universidade Federal do Norte do Paraná (Idid., p.29).

Assim, decorridos dez anos desde que passou a funcionar a primeira faculdade de Londrina, surgiu através da Lei nº 6.064 em 1969, duas universidades públicas na região. Em Londrina, o ensino superior que progrediu de forma gradual, na instalação de instituições isoladas, agora estava reunido em um único centro. Até então o Paraná, além de universidades isoladas contava apenas com a Federal do Paraná e o Centro Federal de Educação e Tecnologia, as duas sediadas em Curitiba, no que se diz respeito ao âmbito público.

Sem muito nos aprofundar ao quadro político do período em que foi promulgada a existência das referidas universidades, em 1968, as universidades nacionais foram submetidas a uma série de “exigências”, impostas pelo regime ditatorial (AI-5) no que foi conhecido como “Reforma Universitária”. Essa reforma vislumbrava manter universidades aos moldes das norte-americanas, de característica tecnocrática e que se constituía em uma instituição que promovia a “apartação social e provocava distanciamento entre universidade e população”, como expõe Maesima (2003, p.78). É nesse contexto que surge a universidade estadual londrinense¹³.

Diante dessa nova realidade, a implantação da universidade representou a concretização do desejo da comunidade local, de garantir o ensino de terceiro grau a uma parcela da população da região. Tamanho era o anseio e a urgência de pessoal qualificado, que pelo jeito, não houve empecilhos à inclusão de diretrizes baseadas

¹³ Para entender a Reforma Universitária, ler ROMANELI (1986) e Maesima (2003).

nessa reforma. A UEL foi a primeira universidade a implantar o sistema de crédito, sistema que permite uma maior flexibilidade no cumprimento do currículo, resultado que foi dessa reforma (Maesima, 2003, p, 79).

Após efetivada a sua criação, inicia-se a implantação do campus universitário mediante aos esforços para encontrar um local adequado e suficientemente grande para o que se pretendia. Depois de apurada opções e algumas dificuldades, o terreno do futuro campus foi escolhido e as medidas para sua aquisição começaram a caminhar.

Competia a prefeitura de Londrina a doação desse terreno e deveria ser próximo à cidade, em uma área plana e elevada. A Fazenda Santana, conhecida como Perobal, devido as arvores nativas dessa região, foi a escolha definitiva. Ainda haveria algumas dificuldades para que fosse apropriado, visto os entraves entre os desejos divergentes dos proprietários e do poder público.

O Governo do Estado chegou a ameaçar desapropriar a área, não obstante, após algumas negociações, o Governo enviou dinheiro à FESULON para a compra (em detrimento à pretensão que fossem doadas as terras) de trinta alqueires, o que depois se transformaram em quarenta e sete, mediante a doação de mais dezessete alqueires, da mesma família dantes proprietária.

Com tudo acertado, tinha que dar-se início às atividades. A primeira real dificuldade encontrada foi o esforço da integração das escolas isoladas de Londrina. Essas faculdades seriam transformadas em Centros de Estudo e para isso, teria que haver modificações profundas, como na estrutura administrativa, mudança na estrutura acadêmica, no quadro de carreira acadêmica, entre outros, o que aos poucos, foi sendo solucionado e caminhando para o que é hoje.

Nos primeiros anos a UEL oferecia, por meio de seu vestibular, uma quantidade limitada de vagas, menor que 600, quadro que foi sendo alterado com a criação consecutiva de mais cursos e o aumento no prestígio da universidade. É importante destacar que este processo foi acontecendo de forma lenta.

O período ditatorial foi decisivo em vários momentos da UEL. Somente para exemplificar, Maesima expõe um momento na universidade em que

durante os anos 70, existiu na UEL (...) forte movimento estudantil, que culminou, em 1979, com a invasão de forças policiais no diretório central dos estudantes – DCE, e com conseqüente fechamento. Nessa ocasião foi apreendida uma máquina de impressão gráfica, na qual eram produzidos os panfletos do movimento. Os diretórios acadêmicos dos cursos de graduação foram extintos e só foram reabertos, gradativamente, no período próximo ao fim da ditadura (Ibid. p.79).

Ainda, discutindo de maneira bem genérica, o governo dessa época interferiu inúmeras vezes quanto à própria estrutura da universidade e seus cursos, fazendo que durante tempo considerável a Universidade “servisse” a interesses políticos. Isso influenciou em questões como a disposição dos centros, aos conteúdos a serem ensinados, etc.

É importante notar que após a implantação da UEL, com seu sistema de créditos e vestibulares semestrais, a quantidade de vagas oferecidas por ano, nos diferentes cursos foram aumentando de forma contínua. Da mesma maneira, refletiu na procura. Isso, como indica Maesima (Ibid. p. 81) também está relacionado com o fim das licenciaturas curtas, ofertadas pela UEL durante as primeiras décadas de sua existência¹⁴.

Por fim, resultado de planejamento contínuo e passando por intensas mudanças durante sua história, hoje a universidade conta com uma das melhores estruturas físicas e goza de grande prestígio no que diz respeito à qualidade do ensino. Abaixo um quadro (Figura 5) da evolução na relação entre os discentes dos cursos de graduação e os cursos oferecidos, durante um período de 30 anos.

Quadro 5 Cursos e Matrículas na UEL

	1971	1981	1991	2001	2012
Cursos de Graduação	13	29	29	41	68
Alunos Matriculados	2.211	9.170	10.785	13.368	16.841

Fonte: Adaptado de Maesima, 2003 e UEL, 2012

¹⁴ Anteriormente, no nível superior, havia a Licenciatura Curta (habilita para todas as séries do Ensino Fundamental) e Licenciatura Plena (habilita também para o Ensino Médio). Atualmente existe apenas a oferta da Licenciatura Plena. Algo que entrou em vigência através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/96 e da existência de diretrizes curriculares específicas.

4. ESPACIALIZANDO EM REDE: UEL E SÃO PAULO

4.1. Os Paulistas na UEL

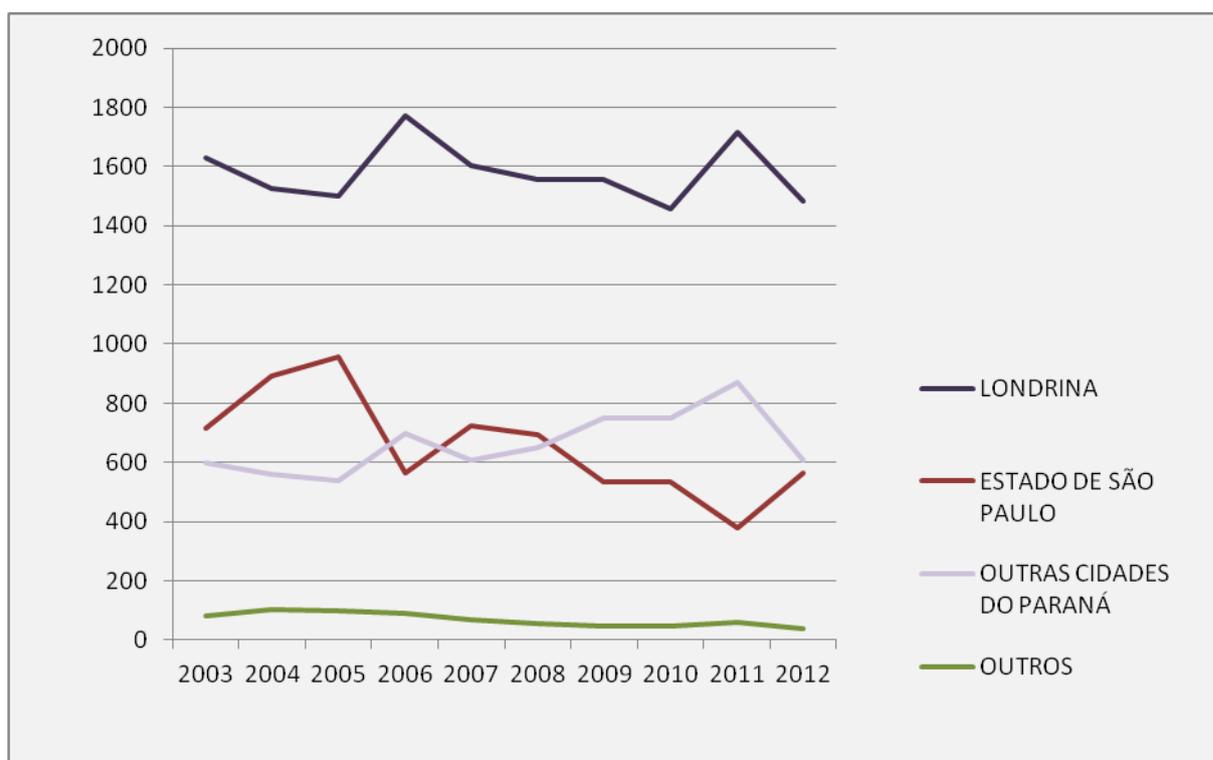
A Universidade de Londrina figura como umas das principais universidades do Brasil e atrai estudantes de todo o país. São mais de quarenta anos de atuação e que atualmente oferece 53 cursos de graduação, abrangendo um corpo discente de aproximadamente dezesseis mil estudantes mais quatro mil e novecentos que se vinculam à pós-graduação e o número sobe pra cerca de vinte e cinco mil quando somado os servidores (UEL, 2013). A série de gráficos e tabelas a seguir tenta demonstrar essa atração e fazer algumas considerações.

Essas considerações analíticas são essenciais para um bom planejamento da universidade e contribuem, na maioria das vezes, em documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que norteiam as ações para o planejamento, desenvolvimento institucional, criação de políticas e linhas de ação (UEL, 2010).

Todavia, o nosso trabalho em si não objetiva um estudo específico de questões sócio-econômicas dos alunos vindos de São Paulo, mas sim discutir dentro do âmbito geográfico questões como os processos migratórios que são determinados pela busca ao ensino superior.

A partir do gráfico (1), podemos identificar a procedência dos discentes da Universidade, utilizando um recorte temporal de 10 anos, compreendido entre 2003 a 2012. Ao que tudo indica, entendemos que a origem dos alunos matriculados em uma instituição de ensino superior expõe sua área de influencia.

Gráfico 1 Ingressantes entre 2003 a 2012. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Martineli.



No caso da UEL, Londrina, obviamente, cede a maior parcela desses estudantes. São cerca de 1600 que ingressam na universidade anualmente, o que representa mais ou menos 50% do total. Os ingressantes oriundos de outras cidades do Paraná somam em média 660 estudantes por ano, sendo que desses, quase que o total é representado por cidades do Norte do Paraná. Juntos, Londrina e demais cidades da região Norte somam em média 70% dos regularmente matriculados na UEL.

Entre as mais expressivas dessa região estão as cidades mais próximas, que fazem parte da Região Metropolitana de Londrina, como Cambé, Rolândia, Ibiporã, Arapongas e Apucarana, esta última também no Norte do Estado, e que mesmo não fazendo parte da RM de Londrina, envia anualmente um expressivo número de indivíduos para cursar o ensino superior. Através dessa constatação, podemos concluir que as demais regiões do Estado são muito bem servidas na oferta de ensino superior, nas mais diversas áreas, tanto no público quanto no privado.

Esse fato pode ser explicado pelo fato de Londrina ser a principal cidade dessa Região Metropolitana, que leva seu nome, e assim portar o papel de nó de uma região totalmente interligada. Como exposto antes, a cidade representa, de muitas formas, o *lócus* onde se concentram diversos serviços e expressa uma

complexidade marcante, que envolve aglomeração urbana, conturbação, migração pendular, consórcios intermunicipais¹⁵, fluxos de diversas naturezas, como discute Fresca (2007).

A segunda maior frequência, no que diz respeito à procedência, refere-se a alunos de cidades do Estado de São Paulo. Somam em média 25% dos que efetuam a matrícula na instituição, em detrimento de outras universidades paulistas, o que indica ser a UEL bem conceituada entre os alunos deste estado. Esta porcentagem é semelhante ao valor representado por cidades do Paraná, exclusive Londrina, e como dito anteriormente, são quase que totalmente representadas pela Região Norte do Paraná.

Analisando de forma mais cuidadosa, temos duas situações diferentes. A Região Norte, como um todo, está mais concentrada em termos de ensino superior em alguns centros que atraem estudantes das demais cidades. No âmbito público, o Norte do Paraná não possui expressivo número de universidades, representado principalmente pelas duas estaduais de maior porte, pela UEL e pela UEM, a Universidade Estadual de Maringá, e que apontam como os principais destinos dos estudantes locais.

No caso paulista, o cenário é um pouco diferente. O estado de São Paulo possui uma maior gama de centros de ensino de terceiro grau espalhados por suas regiões, umas mais servidas do que outras, porém é um quadro que nos últimos anos caminha para uma espécie de homogeneidade nessa esfera, isto é, foram e estão sendo construídos vários novos centros em ritmo acelerado, o que aumenta a oferta de cursos superiores, sendo estes públicos ou privados.

Como notamos na tabela abaixo (Tabela 1), o número de ingressantes paulistas na UEL experimentou alguma queda, principalmente a partir do ano de 2006. Este fato pode ser explicado, dentre outros fatores que possam ter escapado da breve análise, por esse aumento na oferta de cursos no Estado, aumento da oferta de ensino a distância (EAD) e por próprias alterações internas no vestibular da UEL, como indica o documento da COPS.

¹⁵ Os consórcios intermunicipais de educação promovem uma integração entre os diferentes graus de ensino público, o que cria uma espécie de sistema regional de ensino.

Assim, ao longo destes últimos sete anos, foram realizadas mudanças no formato do vestibular da UEL com vistas a selecionar candidatos voltados ao perfil desejado pela comunidade acadêmica (...) a mais significativa destas mudanças deu-se em 2006, quando o vestibular da UEL passou a ser realizado em duas fases, sendo a 1ª Fase uma prova de Conhecimentos Gerais, com 60 questões de múltipla escolha, e a 2ª Fase realizada em 3 dias: no 1º dia (COPS, 2010)

Tabela 1 Ingressantes em absoluto, entre 2003 a 2012. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Martineli.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
LONDRINA	1628	1528	1498	1772	1605	1556	1557	1459	1714	1484
ESTADO DE SÃO PAULO	716	892	957	566	724	693	535	535	377	563
OUTRAS CIDADES DO PARANÁ	598	560	540	700	606	650	748	750	872	607
OUTROS	81	102	100	91	70	55	49	48	59	38
TOTAL	3023	3082	3095	3129	3005	2954	2889	2792	3022	2692

Os outros estados brasileiros não chegam a representar 5% do total dos que ingressam, o que aponta para a ideia de que o fator distancia também é determinante na área de influencia da Estadual de Londrina. Há também, inexpressivo, um número de estudantes de outros países, estes vindos principalmente de países da América do Sul, África e Europa. Provavelmente, fazem parte de intercâmbios estudantis entre países.

O quadro dos candidatos do vestibular da UEL revela uma situação parecida, com algumas particularidades. São por volta de 23.000 vestibulandos anualmente, ao passo que são aprovados em média 3.000 desses.

Tabela 2 Candidatos paulistas em números. Entre 2008 a 2012.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
LONDRINA	0	0	0	0	0	8975	8308	8156	7973	7844
ESTADO DE SÃO PAULO	0	0	0	0	0	8237	6579	5446	3324	7796
OUTRAS CIDADES DO PARANÁ	0	0	0	0	0	7196	7384	7857	6395	8065
OUTROS	0	0	0	0	0	789	811	841	774	1412
TOTAL	0	0	0	0	0	25197	23082	22300	19006	25117

Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Martineli.

Ao visualizarmos os números¹⁶ (Tabela 2) que representa a procedência desses candidatos utilizamos as mesmas variáveis, ou seja, os candidatos da cidade de Londrina, de cidades paulistas, outras cidades do Paraná e outros (representando a soma de todo tipo de origem a não ser das antes mencionadas). Assim, por meio dessa configuração, percebemos que o total de vestibulandos segue um padrão semelhante ao dos ingressantes no que se diz respeito às origens.

Seriam equivalentes os gráficos a não ser pelo fato de que os números relativos aos candidatos paulistas e de outras cidades do Paraná ficassem mais próximos ao número total de vestibulandos de Londrina. Com uma média de 8.200 candidatos (35%) sendo da própria cidade, 6200(27%) e 7400 (32%), representando os concorrentes do Estado de São Paulo e de outras regiões do Paraná, respectivamente, o vestibular da UEL parece ter relação com o ensino básico e os cursinhos preparatórios da cidade para o prova, pois vemos uma diferença mais acentuada quando se refere aos ingressantes.

Percebe-se que em relação aos dados de ingressantes/candidatos não existe um regularidade, já que Londrina, com quase o mesmo número de vestibulandos que as outras variáveis, ficam no final do processo, com 50% das vagas.

¹⁶ Mesmo que a tabela tenha sido gerada com dados de um período menor, cinco anos (de 2008 a 2012), identificou-se certo parâmetro quando comparado ao gráfico dos ingressantes. A importância da Universidade está mesmo concentrada no Norte do estado do Paraná e no Estado de São Paulo (veremos com mais detalhes a seguir).

Nesse sentido, não é errado inferir que o sistema de educação da cidade é voltado ou direcionado para o salto ao ensino superior, nesse caso representado pela UEL. Nada muito específico, pois esse é um padrão que normalmente existe em qualquer instituição de ensino superior e os municípios de onde o centro está inserido.

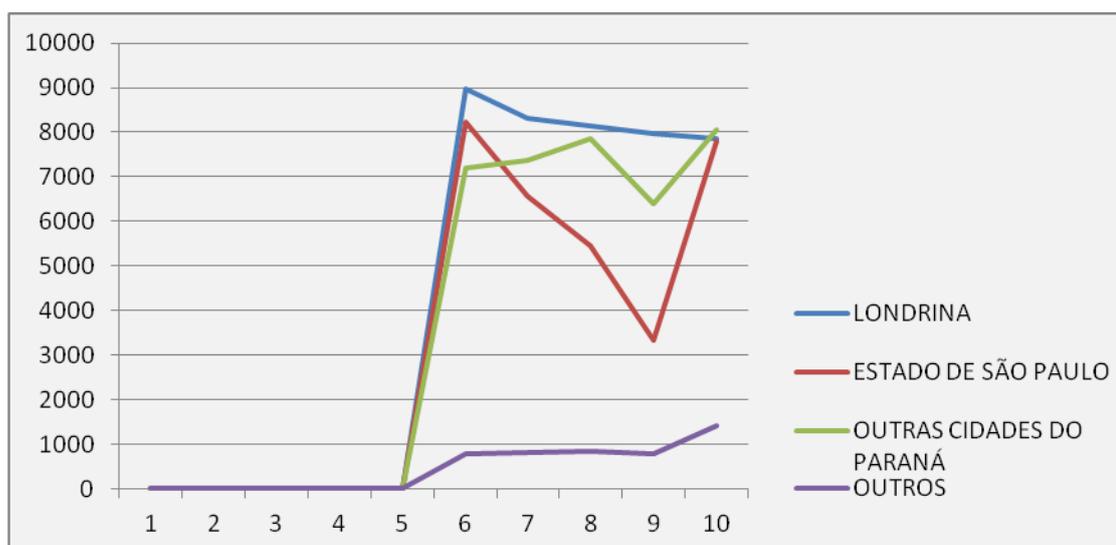
Já no tocante aos paulistas, o motivo de sua menor taxa de aprovação no vestibular (em relação aos londrinenses) pode ser interpretada considerando várias situações. É um quadro que aponta que a UEL, para os paulistas, pode figurar mais como uma relação de preferência do que como algo que é requerido, isto é,

De forma geral, o que se observa, é que um candidato em busca de uma vaga, considera sempre mais de uma opção quando o assunto são as diferentes Universidades, o que leva o candidato a uma situação de “escolha mediante sua aprovação”. Essa escolha é induzida normalmente, no caso de mais de uma admissão, por fatores como distancia de sua cidade de origem (se caso for de outras cidade), melhores condições de uma universidade em detrimento de outra, da própria cidade onde está inserida e suas peculiaridades, por motivos especiais ou por um contexto específico, seja em relação a profissão ou maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Este cenário é verdadeiramente heterogêneo.

Há inúmeros fatores que podem responder o motivo da menor “rendimento” dos paulistas no vestibular da UEL, com relação aos londrinenses, mas provavelmente tem algo a ver com a prova, voltando a propositura de essa ser talvez voltada aos próprios municípios (justamente pelo fato de o ensino do município ser adequado ao vestibular). Mas isso não passa de uma hipótese, mesmo amparado em uma sequência de dados, o vestibular da Estadual de Londrina é totalmente imparcial.

Fica claro ao observar o gráfico (2), que os paulistas estão presentes no vestibular da UEL quase com a mesma regularidade que os paranaenses, mas como apontado acima, o resultado final revela maior êxito da população estudante cidade.

Gráfico 2 Candidatos entre 2003 a 2012. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Martineli.



Quando analisamos esses migrantes pelas áreas onde estão distribuídos, notamos uma tendência curiosa. Os alunos vindos de São Paulo estão majoritariamente nos cursos das ciências Humanas e Sociais, que no caso da UEL, somam número expressivo de cursos presentes em seu catálogo de graduação.

Os cursos se localizam, basicamente, em dois de seus centros, o Centro de Letras e Ciências Humanas- CLCH e no Centro de Estudos aplicados –CESA. Sempre é devido salientar que a estrutura da UEL divide em Centros, em praticamente um único multi-campi universitário, que abarca mais de sessenta cursos, contribui para a alta procura proporcional às numerosas opções.

Dentre os principais cursos procurados dessa área, pelos paulistas, estão o curso de Direito e Ciências Sociais, e ainda os cursos de História, Letras e Geografia (que na UEL, faz parte do Centro de Ciências Exatas), todos, cursos de um único turno. Na tabela (Tabela 3) visualizamos a média total da procura para essa área e fazendo uma relação com o número total percebemos que em algumas ocasiões/anos a quantidade ultrapassa a metade.

Como veremos a frente, ao discutir a distribuição por turno, existe uma relação entre a estrutura dos cursos, em relação à sua carga horária, e a procura de estudantes oriundos do estado de São Paulo.

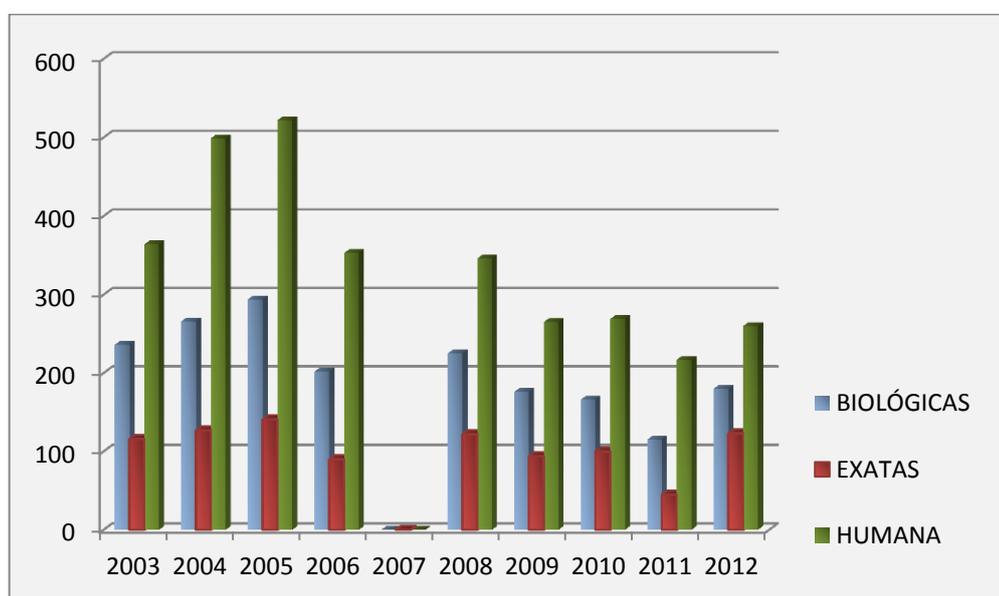
Tabela 3 Paulistas por Áreas do Conhecimento em números. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Martineli.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
BIOLÓGICAS	236	266	294	202	0	225	176	166	115	180
EXATAS	116	127	141	90	0	122	94	100	45	123
HUMANA	364	499	522	353	0	346	265	269	217	260
TOTAL	716	892	957	645	0	693	535	535	377	563

Percebe-se da mesma forma, uma grande frequência nos cursos de Biológicas, um pouco menor em relação às Humanas, que também abrangem as Ciências da Saúde, também distribuídas em dois diferentes Centros, o Centro de Ciências Biológicas – CCB e o Centro de Ciências da Saúde (localizado fora do campi principal, junto com o Hospital Universitário).

Ambos, os cursos provenientes das Ciências Humanas e Biológicas, experimentaram uma leve queda no número de matrículas, como é exposto mais claramente no gráfico 3 (ressaltando que os dados tratam dos que ingressam), fato que não refletiu num remanejamento desse total, como por exemplo, à procura aos cursos de Exatas.

Gráfico 3 Paulistas por área do conhecimento. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Martineli.

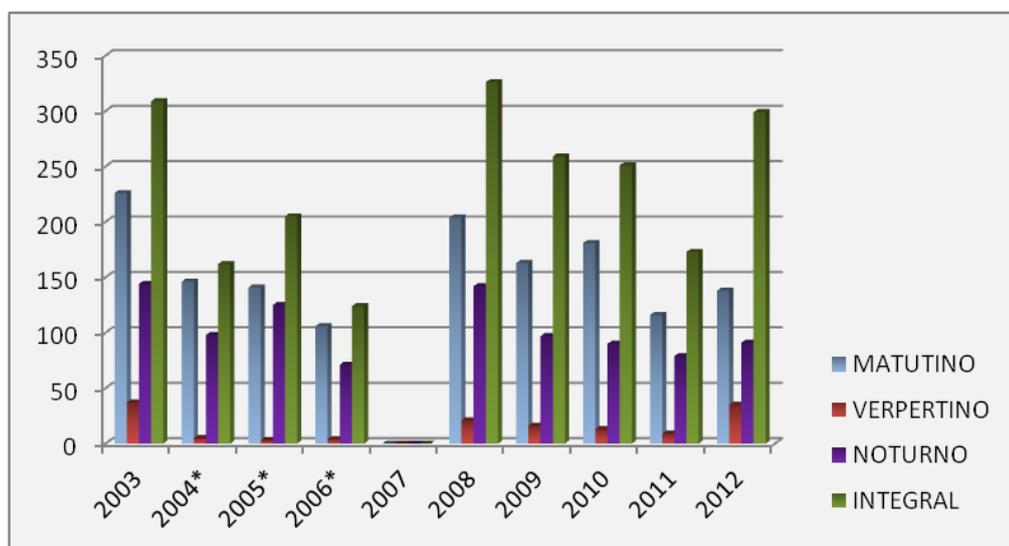


Os cursos de Engenharia Civil e Elétrica, das Exatas, possuem alguma representatividade paulista, mas somente juntos, alcançam o número de paulistas do curso de Química. Os citados figuram nos Centro de Tecnologia e Urbanismo-

CTU e Centro de Ciências Exatas - CCE, respectivamente. Esses são os principais cursos das Exatas que mesclam seus discentes entre paulistas e paranaenses.

Na relação entre os estudantes paulistas e sua distribuição nos cursos, ofertados em diferentes turnos tem-se o seguinte quadro:

Gráfico 4 Paulistas por Turno. Entre 2003 a 2012. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Martineli.



Notoriamente, os turnos que mais recebem esses indivíduos são os turnos, matutino e integral, o que pode ser fundamentado pela existência de grupos diferentes de migrantes estudantis: um grupo de jovens estudantes e o outro, por jovens estudantes trabalhadores (referindo-se aos migrantes acadêmicos de São Paulo).

Os cursos que são estruturados com uma carga horária que fica distribuída em mais de um turno, isto é, os cursos integrais, demandam maior dedicação do aluno, senão exclusiva, o que dificulta ou até impossibilita o estudante de trabalhar em algo fora do ambiente universitário.

Um curso integral promove claramente maior possibilidade de aprofundamento durante a formação, pela carga horária do curso mais extensa, e também pela disponibilidade do tempo extra, que não normalmente não é ocupado com atividades profissionais. Nessa perspectiva, é presumível que a maior parte destes estudantes tenham condições financeiras de se manter em outra cidade. Quase sempre, essa ajuda financeira vem da própria família, ou quando não, um

apoio que representa a totalidade da renda desse migrante (ao menos enquanto se forma).

Nesse caso, os paulistas que ingressam em cursos integrais, ao que parece, têm uma maior estabilidade para poder estudar e desenvolver atividades somente relacionadas a academia. Assim são a grande parte dos que ingressam no curso de Agronomia¹⁷, curso integral que recebe expressivo número de paulistas com melhores condições de renda. Não obstante, esse cenário não é homogêneo ao passo que também são representativos, os estudantes que adentram na universidade e possuem pouca ou nenhuma ajuda de terceiros, e precisam recorrer a sistemas de auxílios aos estudantes, como a Moradia Estudantil (que na UEL ainda é insuficiente frente à demanda) e bolsas de estágio.

A maior taxa de ingressantes paulistas, como exposto na Tabela (4) no turno matutino pode ser justificada por situação parecida. Como na maior parte das ocasiões, uma ocupação fora na universidade exige sua força de trabalho justamente desde o período da manhã, pois normalmente o expediente começa cedo, os alunos de São Paulo distribuídos por cursos nesse período, devem contar com uma renda proveniente de outrem.

Os cursos matutinos estão representados de forma bem diversa, quanto aos ingressantes paulistas, com destaque para o curso de Direito, alvo de grande parte desses vestibulandos e possuem um tempo que pode ser aproveitado para atividades acadêmicas remuneradas, o que normalmente acontece em algum contra-turno.

Tabela 4¹⁸ Paulistas por Turno em número. Entre 2003 á 2012. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Martineli.

	2003	2004*	2005*	2006*	2007	2008	2009	2010	2011	2012	MÉDIA
MATUTINO	226	146	141	106	0	204	163	181	116	138	142,1
VERPERTINO	37	5	3	4	0	21	16	13	9	35	14,3
NOTURNO	144	98	125	71	0	142	97	90	79	91	93,7
INTEGRAL	309	162	205	124	0	326	259	251	173	299	210,8

¹⁷ Alguns dados foram coletados, junto à PROGRAD, referente a Renda Familiar Mensal e a renda do próprio estudante, o que indicaram para alguns cursos onde estão concentrados pessoal com maior renda e um deles é o curso de Agronomia, que também atrai muitos candidatos de São Paulo.

¹⁸ Os dados dos anos de 2004, 2005 e 2006 estavam divergentes com relação aos demais, sendo que totalizavam um número menor de ingressantes, nesses respectivos anos, em relação às informações recebidas em outros temas. Não há nenhuma explicação a respeito das diferenças, porém acredita-se que o restante dos alunos que faltam para completar o total de ingressantes, não foi consultado nesse quesito esses anos.

No período noturno a incidência é menor o que corrobora com essa hipótese. Quem estuda a noite, normalmente possui trabalho e ajuda na renda familiar e/ou precisa diretamente dessa renda para a continuidade dos estudos. No caso dos migrantes, o curso noturno pode estar associado ao período que daria margens à procura trabalho, justamente para o sustento e manutenção da carreira universitária.

A menor ocorrência no noturno e vespertino em relação aos paulistas indica essa possibilidade. Mas com certeza, essa não é uma constante. A diversidade de situações e contextos pode ser percebida no simples convívio acadêmico.

4.2. A espacialidade dos migrantes

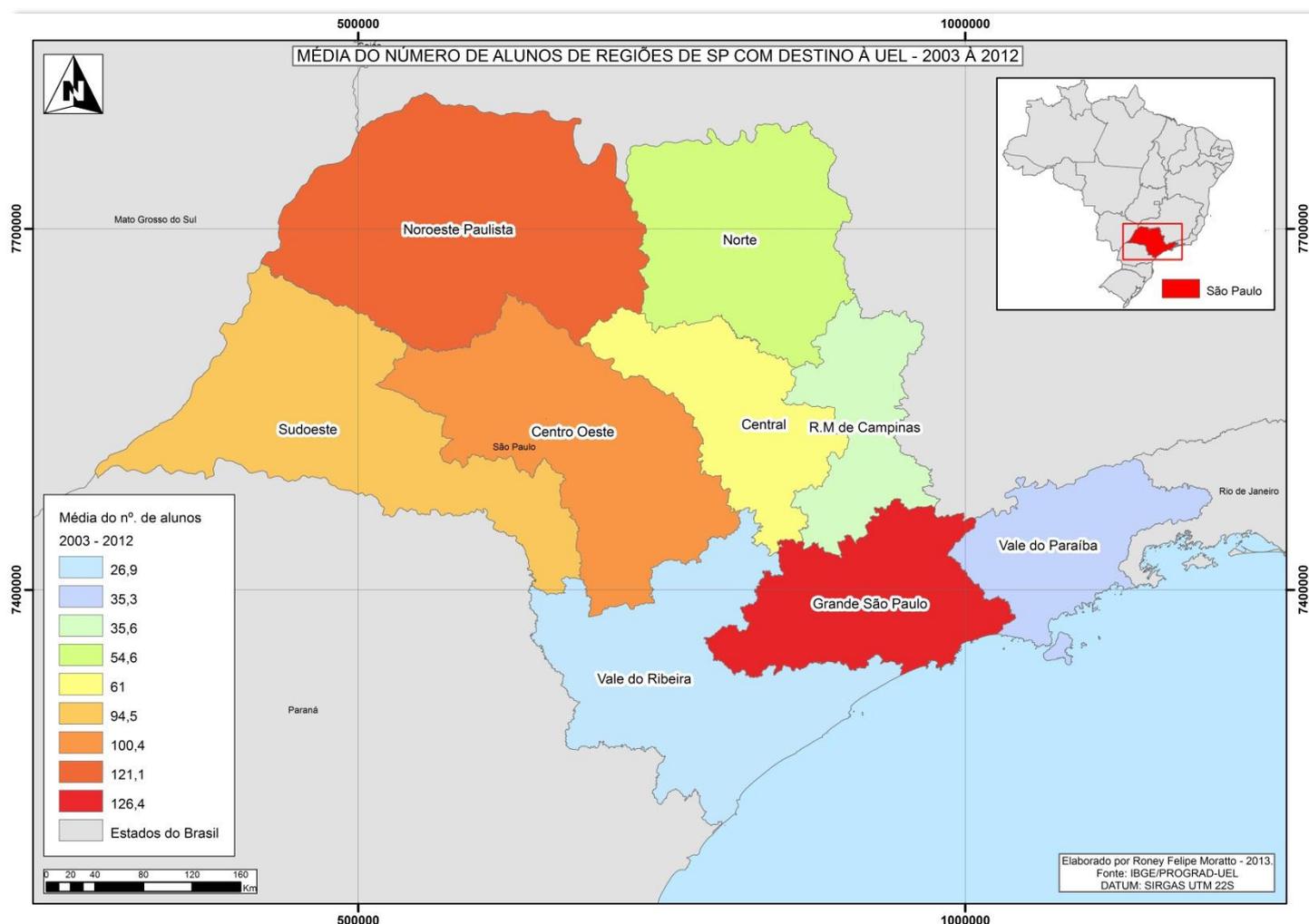
Objetivando uma melhor visualização das regiões específicas que enviam estudantes de São Paulo para a UEL, assim como, destacar a representatividade dos centros, regionalizou-se o Estado de São Paulo como processo metodológico.

A divisão apresentada nos mapas (mapas 1 e 2) é baseada na divisão feita pelo IBGE para o Estado em quinze mesorregiões, que são: As Mesorregiões de Araçatuba, Araraquara, Assis, Campinas, Itapetininga, Litoral Sul Paulista, Macro Metropolitana Paulista, Marília, Metropolitana de São Paulo, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e do Vale do Paraíba Paulista.

No trabalho, foram agrupadas as Mesorregiões de Rio Preto e Araçatuba, no que passou a se chamar **Noroeste**; as mesorregiões de Presidente Prudente e Assis, que se tornaram **Sudoeste**; Marília e Bauru como **Centroeste**; Itapetininga e Litoral Sul como **Vale do Ribeira** (critério definido por serem limítrofes e terem em comum a ocorrência do chamado Vale do Ribeira em suas extensões); **Central**, representada por Araraquara e Piracicaba; A mesorregião de Ribeirão Preto passou-se a ser identificada por **Norte**; a união da Macro Metropolitana Paulista, Metropolitana de São Paulo, que inclui a Baixada Santista e a região de Bragança Paulista, como **Grande São Paulo**; a mesorregião da **RM de Campinas** com o mesmo nome; e o **Vale do Paraíba**, também com a mesma denominação.

Ao todo são oito regiões que nos permitirão verificar os pontos que estabelecem fluxos mais intensos com Londrina. A seguir (mapa 1), tem-se representadas as médias dos ingressantes paulistas durante o período de 2003 a 2012, por região.

Mapa 1 Média de alunos por regiões com destino à UEL. 2003-2012. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Ivan.



De acordo com o Mapa (1), em primeiro lugar, temos a região da Grande São Paulo estabelecendo o maior fluxo, com a média de 126 indivíduos anualmente, seguida pelas regiões Noroeste com quase a mesma média, 121, e a região Centro Oeste e Sudoeste com cerca de 100.

Era de se esperar que a região representada pela Grande São Paulo devesse representar maior quantidade quanto aos migrantes, visto seu grande número de indivíduos na busca pelo ensino superior.

A região metropolitana de São Paulo, por si só, já possui a maior densidade de população do Brasil, e conseqüentemente a maior concentração de estudantes do país. Mesmo essa área sendo definitivamente a região que concentra o maior número de oferta de ensino superior, a questão de estudantes migrarem para outros

centros não chega a ser algo peculiar, pois há um incontável número desses. Os fatores para partirem dessa área são bem diversos.

Ainda, como foi acrescentada a Região Macro Metropolitana, a média cresce e como veremos adiante (Gráfico 2) essa outra região é representada por Sorocaba, que está entre as cidades que mais possuem vínculo, na relação São Paulo- UEL. Saíram dessa área rumo à UEL, 1264 indivíduos nesse período.

Todavia, os valores mais significativos estão divididos em três regiões, que por possuírem uma densidade populacional muito menor e por sua ocorrência estar distribuída em muitos municípios, formam o padrão com maior relevo nesse quesito. Em termos relativos, a diferença é grande.

A Região Noroeste, representada pela Mesorregião de Rio Preto e Araçatuba aparece com quase a mesma média que a Grande São Paulo, porém, como foi ressaltado, essa região conta com uma densidade de população e conseqüentemente jovens em idade escolar, consideravelmente menor, além do fato de a região Noroeste dispor de menos ofertas para o ensino terciário, o que deixa a comparação das médias ainda mais significativa.

A distancia até UEL, das cidades de ambas as regiões, não diferem muito, mas no caso, a busca pelo ensino superior em Londrina, é com certeza mais requisitada pelo grupo proveniente do Noroeste. A Estadual de Londrina contou com a chegada de 1211 indivíduos vindos do Noroeste Paulista nesse tempo.

Seguindo, temos as Regiões do Centroeste, definida por a Mesorregião de Bauru e Marília e Sudoeste, por Presidente Prudente e Assis. As duas, estão mais próximas à cidade o que representa uma taxa de migração estudantil relativamente alta e que já acontece há décadas. A compilação dos números em um período de dez anos esconde de certa forma, que essas regiões desde as décadas de 1980 e 1990 sempre “mandaram” muitos estudantes à UEL. No total foram 945 indivíduos migrantes do Sudoeste e 1004 do Centroeste entre os dez anos referidos.

As regiões Central (Mesorregião de Araraquara + Mesorregião de Piracicaba) e Norte, outro nome para a Mesorregião de Ribeirão Preto ficam em média, com 9,3% e 8,3% do total representado pelos migrantes paulistas, o que significa um total de 610 e 546 estudantes nesse recorte temporal, como indica a tabela 5. As regiões do Vale do Paraíba e Rm de Campinas são menos expressivas e mantem um e outro, uma taxa de 35 alunos por ano.

Tabela 5 Paulistas ingressantes da Londrina por região. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Martineli.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
NOROESTE	161	140	185	81	113	157	89	101	76	108
SUDOESTE	116	117	117	77	106	100	62	82	67	101
GRANDE SÃO PAULO	88	183	220	132	169	120	99	97	66	90
RM DE CAMPINAS	35	56	56	47	47	24	22	37	15	17
REGIÃO NORTE	64	90	79	56	63	61	63	21	16	33
CENTRAL	52	120	107	42	65	27	72	51	32	42
CENTROESTE	136	99	110	81	94	102	94	109	72	107
VALE DO RIBEIRA	18	33	45	17	27	51	10	15	16	37
VALE DO PARAÍBA	46	54	38	33	40	51	24	22	17	28

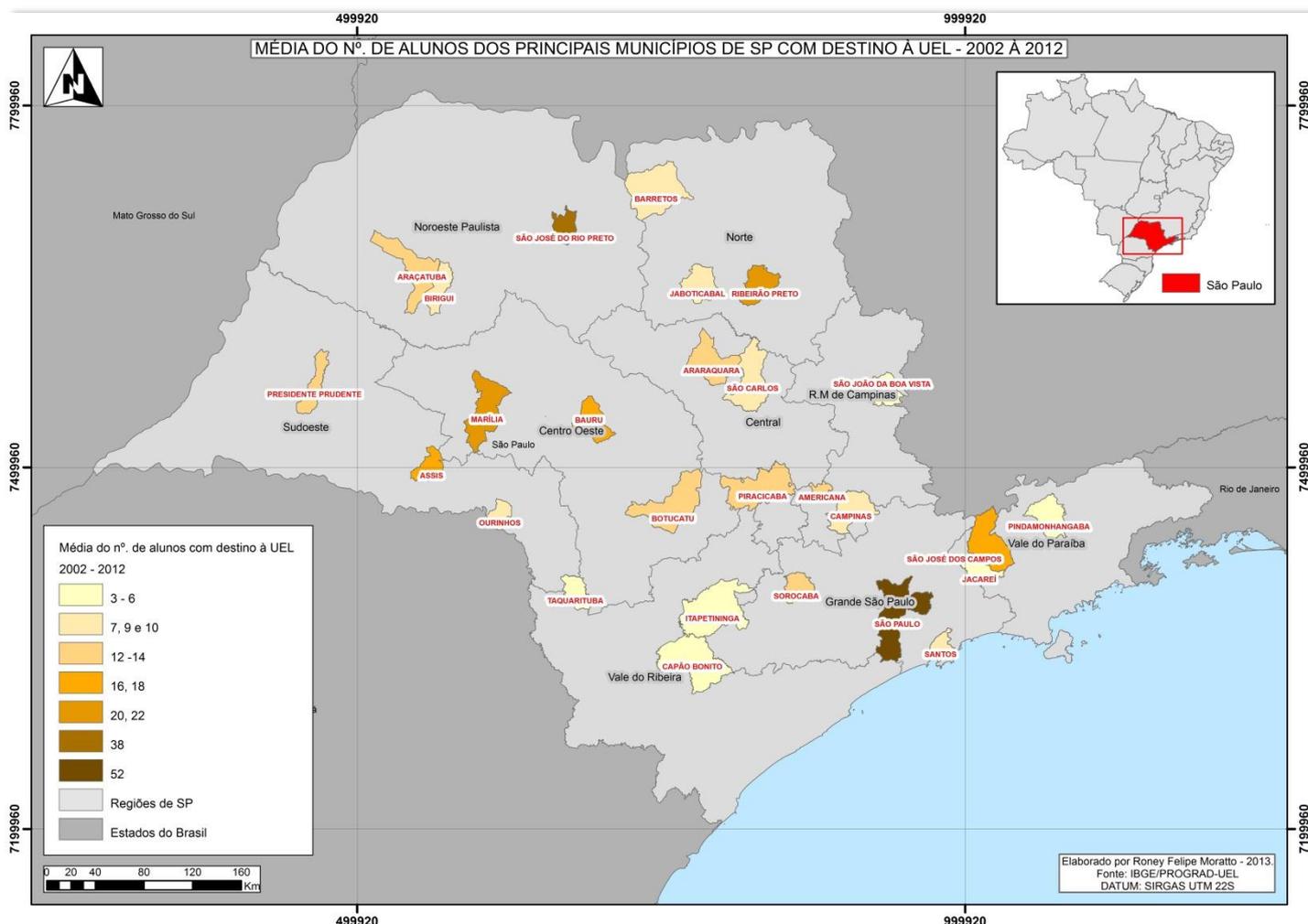
O Vale do Ribeira é junção da Mesorregião de Itapetininga e da Mesorregião do Litoral Sul e apesar de ser bem próxima à região de Londrina, é a que menos procura a universidade em São Paulo o que fica na média de 26 indivíduos matriculados anualmente.

Para chegar ao número final de indivíduos por região foi preciso contabilizar os municípios específicos de cada localidade, obtendo um total. Assim, obtém-se do mesmo modo a informação de quais são os principais municípios que procuram a UEL e a partir daí temos uma visão melhor da influencia da universidade.

Sem novidade, percebe-se no mapa (2) que cidades maiores e mais próximas a UEL contribuem significativamente para o número total. A cidade de São Paulo figura em primeiro lugar em relação aos estudantes que vão pra UEL. São 52 a cada ano em média.

Com isso, voltamos novamente para se atentar aos termos relativos, ou seja, a segunda cidade que mais envia migrantes, São José do Rio Preto, é mais de 10 menor. Para a UEL não faz diferença, São Paulo manda 52 estudantes e São José, 38.

Mapa 2 Os 3 mais representativos municípios de cada região, por média, entre 2003 a 2012. Fonte: PROGRAD, 2013. Org. Ivan.



Da região da Grande São Paulo, se destacam também Sorocaba(14) e Santos(7). Do Noroeste, além das referidas no mapa (2) Araçatuba(12) e Birigui (9), ainda se destaca a cidade de Jales, com 9 indivíduos por ano.

As regiões Sudoeste e Centroeste possuem representantes como Marília (22), Bauru(18), Assis (18), P. Prudente(13) e Botucatu (12), todas, cidades de médio porte, do interior paulista.

Ainda São representativas Ribeirão Preto (20), da região Norte, Piracicaba (14) e Araraquara (12), da região Central. Ainda são relevantes as cidades de Jaboticabal e Barretos, com sete representantes, ambos no Norte, e São Carlos, também com sete.

O restante das cidades mais representativas estão na Rm de Campinase Vale do Paraíba e Como percebemos, não há nenhuma ocorrência de cidade pequenas sendo as mais representativas, com média de quatro estudantes por cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo de caso tentou, desde o início, dar ênfase às questões da migração estudantil como que chamando atenção para sua importância enquanto ação espacial que é geradora de impacto, e frente à multiplicidade de conteúdos que a migração dos dias atuais pode representar. Nesse aspecto, é complicado fazer qualquer tipo de generalização conceitual, indicando que na verdade, seria preciso uma revisão das categorias dessa temática.

Ao propor a migração estudantil como categoria da migração, ou seja, como um gênero dos deslocamentos populacionais contemporâneos, seria necessário também estudar os motivos da mesma e deixar um pouco de lado as abordagens tradicionais que levam em consideração, quase sempre, a migração por motivos relacionados à busca por trabalho (a grosso modo, concebendo que na maioria das vezes existe a migração exclusivamente por aspectos econômicos).

As migrações com fins de estudo, para a Geografia, como o autor entende, deveria ser estudada de forma cuidadosa, evitando assim que diferentes facetas do referido tema, sejam negligenciadas.

De acordo com a bibliografia consultada, e pelo estágio que chegou a investigação, obteve-se a concepção que essas migrações podem ser temporárias. Entretanto, como exposto no trabalho, através do entendimento de Braga (2011), a migração entendida como forma de mudança permanente de residência “entre duas localidades geográficas” (p.3) não são suficientes para contemplar a questão desses movimentos muito menos às tendências do fenômeno.

O trabalho se limitou a apresentar esses fluxos e trazer breves considerações a respeito dos temas que cercam o processo, no entanto, a perspectiva geográfica nos leva a considerar questões como o próprio impacto econômico que esse tipo de migração pode causar e ao mesmo tempo a dimensão social e simbólica que esses movimentos podem assumir por meio da territorialidade.

Talvez o fenômeno em questão nunca fora abordado de forma abundante, por aparentemente não conferir uma (re)organização do espaço, mas como Haesbaert (2004) apontou, esses indivíduos, num processo constante de desterritorialização e territorialização, moldam o espaço em que agem.

Ao saírem de sua cidade de origem, com fins de estudo, o indivíduo se desterritorializa, parcialmente¹⁹, e se territorializa em outra cidade, gerando vínculos e contatos potencialmente duradouros. São novas formas de articulação promovidas pela mobilidade espacial que a população produz.

Os padrões estruturais, construídos pelas pessoas e estabelecidos pelos lugares, formam o cenário em que acontecem o conjunto de relações e a dinâmica social. Percebemos as interações através das conexões.

Os aspectos sociais revelam que a interação entre diferentes pessoas, a multiplicidade de culturas, hábitos e experiências sempre há de promover uma troca mútua. O espaço composto determina e é determinado pelo comportamento das pessoas.

Quanto ao campo econômico, não há nenhuma evidencia sentida além do impacto direto causado nas áreas de entretenimento, principalmente no que diz respeito às casas noturnas e quantidade de festas por todo ano, que contam com a presença massiva de estudantes paulistas. Existe até empreendimentos voltados principalmente para esses estudantes de fora da cidade, como é o caso da chamada Cidade Universitária, uma organização imobiliária que tem esse público alvo.

Pode-se também perceber impacto nos estabelecimentos que comercializam ou prestam serviços relacionados à alimentação (há estudos, blogs na internet, referencias audiovisuais on-line e a própria experiência, que indicam que universitários tendem a se alimentar “fora de casa” ou somente de consumo instantâneo comprados em mercados).

Mas isso não promove uma real contribuição quando o tema são os impactos causados por esses migrantes na nova cidade. Para tanto, existe a necessidade de ser analisados de maneira assídua, os dados relativos à permanência ou não destes estudantes ao terminarem o estudo. Através disso, pode-se traçar uma trajetória em que se estuda a migração, a transitoriedade, a permanência e o impacto.

¹⁹ De forma parcial, pois não se elimina o elo com o território anterior. No caso estudado, existe forte movimento pendular entre as duas cidades (as cidades paulistas/ Londrina), entre o território de origem e destino desses migrantes, o que também indica uma vivencia de múltiplos territórios (Haesbaert, 2004b). A permanência desses estudantes ou mesmo a partida para um terceiro e diferente território deve ser investigada em novo trabalho.

Durante o processo de elaboração do trabalho e pela bibliografia selecionada para discutir as questões referentes aos recortes espaciais, do percurso entre território concreto e território abstrato, ficou claro que se há um elemento que perdura por todas as concepções de território é a relação de poder, o espaço, seja em qualquer escala, é o escopo da intencionalidade humana, que se apodera e constantemente o transforma.

A proposta de Haesbaert (2004, 2004b, 2005) nos atenta a estendermos a discussão para todas as faces dos processos sociais que envolvem os chamados “territórios-rede” e a ocorrência dos múltiplos territórios. Desse modo, as novas características que a migração pode assumir nesse mundo globalizado justificam a realidade que estamos vivendo no processo de desterritorialização, pois estes, constantemente constroem novas territorialidades.

Por fim, os deslocamentos de estudos deveriam ser considerados no âmbito dos movimentos migratórios porque estamos nos referindo há algo que não é eventual. Pode representar um período longo ou permanente. Aos próprios estudantes, representam profundos impactos e o desenvolvimento pessoal, e supõem, mudanças significativas no entorno.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Fernando; **FAZITO**, Dimitri. Análise de redes sociais e as conexões territoriais da migração no Brasil: padrões estruturais da migração interna entre 1980 e 2000. Belo Horizonte, 2010. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_6/abep2010_2371.pdf. > Acesso em 25/09/2013.

BRAGA, Fernando G. Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação. UFMG/Cedeplar. Belo Horizonte – MG, 2011. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2011/32001010034P2/TES.PDF>>. Acesso em: 25/09/ 2013.

BRAGUETO, Cláudio R.; A inserção da microrregião geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho. São Paulo, 1996. p 22-59.

BRITO, Fausto. Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.eclac.cl/celade/noticias/paginas/4/28454/FBrito.pdf>>. Acesso em: 21/10/2013.

CERQUEIRA, Maria, do C. **et al**. Nômades do saber. Um estudo de caso da migração estudantil. 2010. Disponível em: <http://nomadesdosaber.wordpress.com>>

CORREA, Roberto. L. A. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p.

COPS. Coordenadoria de Processos Seletivos. Disponível em: http://www.cops.uel.br/vestibular/2012/mudancas_vestibular.pdf

DIAS, Leila, C.; **SILVEIRA**, Rogério, L. da L. Redes, Sociedades e Territórios. 2ª Edição. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p.7-51.

FLÁVIO, Luiz C.; **SAQUET**, Marcos A.; Elementos de reflexão para fundamentar a pesquisa em geografia centrados na relação tempo-espaço-território. Revista Formação. n.15, vol 2. Presidente Prudente, São Paulo, 2007. p.67-77.

LOBO, C. e **MATOS**, R.; Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência. n. 1, v. 28. Rio de Janeiro, jan./jun. 2011. p. 81-101.

SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território e territorialidade. Revista Geográfica de América Central Número Especial - EGAL, Costa Rica, 2011. p. 1-16.

FRAGA, Nilson C. Territórios e fronteiras: (Re)arranjos e perspectivas. Nilson César Fraga (org). Florianópolis: Insular, 2011. 400p.

_____. Território, região, poder e rede: Olhares e possibilidades. Relações Internacionais no Mundo Atual, n. 7. Curitiba, 2007. p. 9-31. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/232/205>.

FRESCA, Tânia. Londrina – PR como espaço metropolitano: Uma análise a partir dos serviços superiores. Anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina – 08 a 12 de abril de 2013, Peru, 2013. Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_T%C3%A2nia-Maria-Fresca.pdf. Acesso em: 19/10/2013.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf.> Acesso em: 26/08/2013.

_____. Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004(b). Disponível em:

http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogerio_HAESBAERT.pdf. Acesso em: 12/09/2013.

_____; **BRUCE**, G. A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. GEOgraphia, v. 7. Niterói, 2002.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2013. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>

MAESIMA, Cacilda. Centros de documentação e pesquisa histórica universitários: Um estudo de caso na CDPH da UEL. Tese de Mestrado. Londrina, 2003. p. 71-87.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais. n. 1, vol. 1. Bauru, 2007.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993. p.143-181.

ROMANELLI, Otaiza de O. História da educação do Brasil. 1986. p. 132-138.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4.ed. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

Disponível em:

<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/TEORIA%20DOS%20TERRITÓRIOS%20E%20DA%20QUESTAO%20AGRARIA/MILTON%20SANTOS/SANTOS,_Milton_A_Natureza_do_Espa%C3%A7o%5B1%5D.pdf> Acesso em: 12/07/013.

SILVA, Joaquim C. da. Peróba-Rosa: Memória UEL 25 anos. Ed. da UEL, VIII Londrina, 1996.

SILVA, Ricardo. Geografia Política ou Geopolítica. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/geografia-politica-ou-geopolitica-conheca-a-historia-e-a-aplicacao-desses-conceitos.htm>. Acesso em: 25/09/2013.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. Tempo Social, n. 1, v. 20. São Paulo, 2008. p. 199-218,

UEL. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/portal/>

VALVERDE, Rodrigo R. H. F.; Transformações no conceito de território: Competição e mobilidade na cidade. GEOUSP - Espaço e Tempo, Nº 15. São Paulo, 2004. p. 119 – 126.